UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE ARTES – IdA
DEPARTAMENTO DE ARTES VISUAIS – Vis

GIOVANNA DANTAS SIMÕES

IDENTIDADE NACIONAL E O DIREITO À MEMÓRIA: UMA ANÁLISE SOBRE A 21ª BIENAL DE ARTE CONTEMPORÂNEA SESC_VIDEOBRASIL

BRASÍLIA – DF
2020

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
INSTITUTO DE ARTES – IdA
DEPARTAMENTO DE ARTES VISUAIS - Vis

GIOVANNA DANTAS SIMÕES

IDENTIDADE NACIONAL E O DIREITO À MEMÓRIA: UMA ANÁLISE SOBRE A 21ª BIENAL DE ARTE CONTEMPORÂNEA SESC_VIDEOBRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina Diplomação em Artes Plásticas (VIS-0229), do Curso de Graduação em Artes Visuais, do Instituto de Artes da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Artes Visuais.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Antonioevna Dunáeva.

Brasília – DF
2020

GIOVANNA DANTAS SIMÕES

IDENTIDADE NACIONAL E O DIREITO À MEMÓRIA: UMA ANÁLISE SOBRE A 21ª BIENAL DE ARTE CONTEMPORÂNEA SESC_VIDEOBRASIL

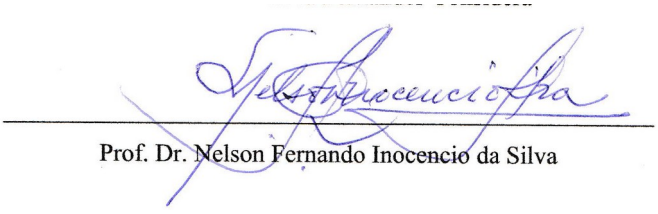
Relatório final, apresentado a Universidade de Brasília, como parte das exigências para a obtenção de título de Bacharel em Artes Visuais.

Brasília, 14 de dezembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cristina Antonioevna Dunáeva

Profa. Dra. Andréa Fernandes Considera



Prof. Dr. Nelson Fernando Inocencio da Silva

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, à minha querida orientadora, Profa. Cristina Antonioevna Dunáeva. Pela excelente docente que é, por ceder seu tempo e guiar minha pesquisa acadêmica, pela compreensão e apoio, que foram essenciais, durante todo o processo.

Estendo meus agradecimentos aos estimados professores com quem tive a oportunidade de aprender e que transformaram minha concepção de educação. Especialmente aos professores Iracema Lecourt, Geraldo Orthof, Denise Camargo, Cayo Honorato e Eduardo Belga.

Agradeço a minha família, Maria Apparecida, Lilian e Eduarda. Devo todas as minhas conquistas ao apoio ilimitado que sempre me foi oferecido. Nada poderia ter sido realizado sem vocês. Agradeço, também, ao Matheus Kineipp, por me estimular e me incentivar a sempre ir mais longe.

Por fim, agradeço à minha amiga e professora, Mayra Resende, por me guiar durante todas as minhas pesquisas acadêmicas, pelas informações compartilhadas, pela amizade e apoio.

Resumo

A pesquisa tem por objetivo a análise da 21ª Bienal de Arte Contemporânea do Sesc_Videobrasil, intitulada “Comunidades Imaginadas”. Apresentando como temática central os movimentos nacionalistas, as instituições-memória e as questões identitárias, a exposição questiona a organização social e política Estatal. Com o intuito de melhor investigar a proposta curatorial, esboço um breve contexto histórico e político dos movimentos nacionalistas ocorridos desde o século XVI nas colônias e reviso os conceitos de memória social, identidade e diferença. Após a revisão bibliográfica, exploro e detalho as decisões da equipe artística e curatorial da bienal, exibindo a produção de alguns artistas, que expõe possibilidades de organização política e social heterogêneas e afetivas, alternativas à pátria. A produção artística aparece acompanhada dos discursos de teóricos pan-africanistas, anticolonialistas e humanistas, refletindo, então, sobre outras possibilidades de existência fora do modelo imperialista de Estado-nação, que é um produto das relações de exploração e violência estabelecidos por uma elite branca, que no Brasil, é europeia.

Palavras-chave: Arte contemporânea; identidade nacional; nacionalismo; memória social; identidade

Abstract

This research aims to analyze the 21st Sesc_videobrasil Biennial of Contemporary Art, entitled “Imagined Communities”. The exhibition’s central theme comprehends nationalist movements, memory institutions and identity, questioning the State’s social and political organization. In order to better investigate the curatorial proposal, I draw a brief historical and political context of the nationalist movements that took place since the 16th century in the colonies, reviewing the social memory, identity and difference concepts. After a bibliographic review, I explore and detail the decisions made by the biennial artistic and curatorial team, presenting the work made by some of the exhibition’s artists, revealing heterogeneous social and political organizations based on affective bounds, alternatives to the patriotic State’s concept. The artistic production relies on the speech of pan-Africanist, anti-colonialist and humanist theorists, reflecting on another possibilities of existence outside the imperialist model of national States, which is a product of exploitation and violence forced by a white supremacist elite, that in Brazil, is European.

Keywords: Contemporary art; national identity; nationalism; social memory; identity

Sumário

INTRODUÇÃO..... 8
DESENVOLVIMENTO..... 12
1. ESTADO-NAÇÃO E IDENTIDADE NACIONAL..... 13
1.1 NACIONALISMOS..... 13
1.1.1 NACIONALISMO NAS AMÉRICAS..... 13
1.1.2 NACIONALISMO NAS COLÔNIAS NÃO-AMERICANAS..... 17
1.2 INSTRUMENTALIZAÇÃO..... 24
1.2.1 PÁTRIA RACIALIZADA..... 24
1.2.2 O PAPEL DO CENSO, DO MAPA E DO MUSEU..... 27
1.2.3 A IMAGEM DA NAÇÃO..... 33
2. IDENTIDADE E MEMÓRIA..... 35
2.1 IDENTIDADE..... 35
2.2 MEMÓRIA SOCIAL..... 47
3. BIENAL DE ARTE CONTEMPORÂNEA SESC_VIDEOBRASIL..... 53
3.1 COMUNIDADES IMAGINADAS..... 53
3.2 SOBRE OS ARTISTAS..... 62
CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 80

Introdução

Durante o meu percurso na graduação apresentei em minha prática artística um grande interesse acerca dos temas relativos à cartografia e de conceitos como território, fronteiras, criação de espaços imaginados, memória da terra e do espaço. Esses interesses, aliados à formação do pensamento crítico desenvolvido na minha jornada acadêmica, me trouxeram reflexões muito pertinentes sobre as políticas contidas na geopoética. Em paralelo, sempre demonstrei afinidade pelo estudo de questões antropológicas, sociológicas e históricas, que estruturam a sociedade na qual vivemos, e que são de extrema importância para a construção da consciência política e social.

No segundo semestre de 2019, ao cursar a disciplina "Cultura brasileira", tive maior aproximação com os conceitos relacionados à memória e identidade. Muitas questões surgiram, a partir desse novo ponto de contato interdisciplinar, e se somaram as questões pré-existentes derivadas do nosso contexto político-social. Ao visitar a exposição do Sesc 24 de maio, em São Paulo, fiquei muito intrigada com as questões levantadas pelos artistas e pela equipe curatorial, que iam de encontro com meu tema de pesquisa na academia. Após muito refletir, decidi então aprofundar minha pesquisa e fazer meu projeto de diplomação baseado nos temas propostos pela Bienal.

Em sua 21ª edição, a Bienal de Arte contemporânea do Sesc_Videobrasil, abordou um tema que me despertou a atenção. A mostra de arte, intitulada "Comunidades Imaginadas", teve seu recorte curatorial embasado no ensaio de Benedict Anderson, de mesmo nome. No catálogo da exposição, o diretor do Sesc São Paulo, Danilo Santos de Miranda, caracteriza a mostra pela reunião de "experiências artísticas dispostas a conceber o comum e seus respectivos laços a partir de aspectos e compromissos não hegemônicos." (CATÁLOGO, 2019: 35).

A diretora artística da 21ª Bienal, Solange Oliveira Farkas, em seu ensaio "Bienais da Urgência", presente no catálogo da exposição, determinou como prioridade:

> "a presença de artistas que só são incluídos em mostras coletivas de arte contemporânea de caráter temático, como se pertencessem, de alguma forma, a uma espécie à parte. Às vezes travestida de deferência, essa modalidade de apagamento atinge, por exemplo, artistas de etnias indígenas e/ou povos originários." (CATÁLOGO, 2019: 38).

Danilo Miranda, diretor do Sesc São Paulo, defende no catálogo da exposição o posicionamento da *Instituição Sociocultural* "afeita ao exercício da imaginação de possíveis" (CATÁLOGO, 2019: 35), responsabilizando a Instituição no processo de mediação e repercussão de perspectivas plurais, que reinvente e reavalie o lugar do indivíduo no mundo. Com o intuito de tornar o evento mais democrático, houve uma convocatória, onde projetos foram enviados pelos artistas e analisados pelos curadores. Os dados informados no catálogo da exposição, relatam que a convocatória foi respondida por mais de 2 mil candidatos de 105 países. Foram selecionados 55 artistas de 28 países da América Latina, Ásia, África e Oriente Médio.

Solange Farkas, em seu ensaio "Bienais da Urgência", presente no catálogo (2019), reafirma a importância do debate, principalmente após as últimas eleições brasileiras. Ainda segundo o texto de Solange encontrado no catálogo (2019), a temática busca salientar que as comunidades devem ser vistas e visíveis, para além de apenas supostas ou imaginadas. A diretora artística da 21ª Bienal cita os grupos minoritários alvos do atual governo brasileiro, "[...] LGBTQI+, negros, indígenas, mulheres e outros grupos minorizados [...]" (CATÁLOGO, 2019: 38) e os percebe como agentes sociais que buscam a garantia de seus direitos, direitos estes que foram arduamente conquistados.

De acordo com o ensaio "Bienais da Urgência" de autoria da diretora artística da Bienal, Solange Farkas, "Mais que se superpor e mesclar, as comunidades possíveis parecem ganhar contornos mais definidos e regras mais rígidas de pertencimento." (CATÁLOGO, 2019: 38). A temática, Comunidades Imaginadas, propõe uma alternativa aos ideais nacionalistas presentes na sociedade contemporânea, partindo de uma "utopia de reconstrução do mundo que parte de novas articulações e coletividades, relacionadas a identidade, afeto e afinidade." (CATÁLOGO, 2019: 37).

A proposta da exposição surge em contraste à ideia do Estado-nação, que segundo Clastres (2017), é um instrumento que dá poder à classe dominante para exercer, de forma violenta, domínio sobre as classes oprimidas. Ainda de acordo com Pierre Clastres (2017), para que exista o Estado é necessário, em primeiro lugar a existência da divisão social em classes antagônicas, que se conectam uma com a outra apenas por meio de relações exploratórias.

A exposição procura apresentar produções que dialogam de maneira crítica com a construção da identidade nacional, da formação de Estados-nações, de uma cultura e identidade hegemônicas, eurocêntricas, masculinas e brancas. Com a contribuição do curador-adjunto da Associação Cultural Videobrasil, Gabriel Bogossian, e dos curadores convidados Luisa Duarte e Miguel Angel López, foram selecionados, pela primeira vez, artistas e coletivos de povos originários e indígenas de diferentes países. De acordo com o texto curatorial, de autoria dos três curadores supracitados, "A arte, tradicionalmente convocada ao exercício imaginativo do nacionalismo a fim de fornecer as imagens que lhe dão substância, aqui aparece em chave invertida, nas sombras dos monumentos e nas lacunas das imaginações oficiais." (CATÁLOGO, 2019: 43).

O texto curatorial, redigido por Gabriel Bogossian, Luisa Duarte e Miguel Angel López, enfatiza a importância de grupos como os guaranis, os maoris, matis e as nações sem Estado. Os curadores procuram dar voz e espaço às produções artísticas não dominantes e reforçam suas críticas sobre a imagem genérica do índio, apropriada durante décadas como símbolo da origem do país e da identidade nacional. A exibição de produções artísticas não-hegemônicas, para os curadores, fortalece as redes de legitimação em um momento de ataque aos direitos indígenas e à integridade de seus territórios.

De acordo com o diretor do Sesc São Paulo, Danilo Miranda, e a sua fala presente no catálogo, o Instituto Sociocultural é "sensível a tais problemáticas" (CATÁLOGO, 2019: 35), e discorre sobre o posicionamento favorável a construção de "comunidades baseadas em identificações e processos decididamente alternativos aos da pátria – tendo

em conta as injustiças e dívidas que os Estados nacionais carregam consigo." (CATÁLOGO, 2019: 35). O diretor endossa a conexão e interdisciplinaridade no campo das artes, que deve estar ligado às questões históricas, políticas, sociais e econômicas.

Em outra publicação produzida pela 21ª Bienal de Arte Contemporânea do Sesc_Videobrasil, intitulada "Leituras", onde encontram-se ensaios produzidos por teóricos da área cultural, Danilo Santos de Miranda discorre sobre a atuação dos profissionais de áreas ligadas à cultura e sobre o papel político que cada indivíduo exerce, "Estamos inseridos neste universo, em realidades nas quais o ser humano intervém. E se intervém, produz cultura. E ao produzir cultura, pode permitir-se defrontar com novas realidades e perspectivas, alterando concepções sociais preconcebidas." (21ª BIENAL DE ARTE CONTEMPORÂNEA SESC_VIDEOBRASIL, 2019: 7).

Tanto o diretor Danilo Miranda quanto a equipe curatorial foram enfáticos sobre os pontos centrais abordados pela Bienal, transformando a mostra em uma coletânea de registros e produções artísticas que reforçam a pluralidade das comunidades e organizações sociais, suas diferenças e suas próprias identidades. Ao nomear a Bienal com o título do ensaio de Benedict Anderson, a equipe aponta para uma direção bem específica, que questiona os valores apropriados, reunidos de forma fragmentada pelo Estado, e remendados de maneira que a sociedade seja obrigada a se encaixar e se sentir pertencente.

Para Miranda, como consta em seu ensaio presente no catálogo (2019), o modo de governança de um país é orientado pela sua ideia de Estado-nação. Segundo o diretor, a sociedade é levada a crer no pertencimento, na existência de uma comunidade coesa, que se reconhece por falar a mesma língua, dividir a mesma história e cultura, "geralmente em detrimento das tradições minoritárias." (CATÁLOGO, 2019: 35). Miranda, portanto, explicita a criação de uma unidade homogênea. Ainda de acordo com as palavras de Danilo, expostas no catálogo (2019), o Estado é inteiramente responsável pelo projeto da identidade nacional, que tem como consequência a forja de um passado supostamente comum e estabelece valores para a população que muitas vezes não reflete a realidade. O

diretor, pois, responsabiliza o Estado-nação pelo desenvolvimento de narrativas nacionais que solidificam o próprio.

De acordo com Anderson (2008), as nações e as nacionalidades são criadas a partir de práticas imaginativas, onde a seleção e o apagamento tem papel fundamental, assim como os produtos originais consolidados nas identidades nacionais. O autor também propõe o entendimento do nacionalismo alinhado aos grandes sistemas culturais que os precederam, e a partir dos quais se originou, inclusive com o intuito de combate.

Seguindo a ideia dos exercícios imaginativos, da seleção e do apagamento, recorro à construção da memória nacional, questão discutida por Hobsbawm em "A Invenção das Tradições". O autor traz em seu livro questões relacionadas à criação de uma suposta identidade nacional. Segundo Hobsbawm (2018), instituições políticas e movimentos ideológicos, como o nacionalismo, tornaram imprescindível a criação de uma linha do tempo histórica construída, inventando-se muitas vezes um passado que ressignifica a maneira como o indivíduo se comporta e se identifica perante a sociedade.

O trecho a seguir, retirado do livro supracitado, exemplifica alguns dos artifícios inventados, mas que muitas vezes tinham suas origens apropriadas de culturas oprimidas por classes dominantes, "Também é óbvio que símbolos e acessórios inteiramente novos foram criados como parte de movimentos e Estados nacionais, tais como o hino nacional, a bandeira nacional ou a personificação da "Nação" por meio de símbolos ou imagens oficiais." (HOBSBAWM, 2018: 14).

Um exemplo prático do exercício das classes dominantes sobre as classes oprimidas, por meio da criação de um Estado-nação é apresentado por Eric Hobsbawm (HOBSBAWM, 2018: 19), através do comentário oficial do governo indiano:

> A Bandeira Nacional, o Hino Nacional e as Armas Nacionais são os três símbolos através dos quais um país independente proclama sua identidade e soberania. Por isso, eles fazem jus a um respeito e uma lealdade imediata. Em si já revelam todo o passado, pensamento e toda cultura de uma nação. (apud ALLEN & UNWIN, 1973: 341)

Algumas das comunidades retratadas na Bienal são referentes aos povos originários e indígenas. Comunidades estas, que apresentam uma organização social distinta do modelo Estatal. De acordo com Clastres (2017), a ausência do Estado nas sociedades antigas não é resultado de desenvolvimento social ou de uma lacuna não preenchida. A ausência do Estado é uma atitude de discordância do mesmo, pois o Estado, enquanto poder coercitivo, segregado da sociedade, não é reconhecido enquanto forma de organização social.

Desenvolvimento

1. Estado-nação e Identidade Nacional
1.1 Nacionalismos

1.1.1 Nacionalismo nas Américas

Ao respeitar a classificação definida por Anderson (2008), corrobora-se que os nacionalismos suscitados nas colônias estabelecidas nas Américas, se diferenciam dos restantes por não conter em si duas características que até então eram tidas como centrais nos processos de nacionalização: a língua e a participação popular na vida política. Primeiramente, as colônias foram compelidas a fazer uso das línguas utilizadas pelas suas metrópoles, suas lideranças coloniais eram formadas por pessoas que possuíam a mesma língua dos Estados imperialistas, "[...] quer se pense no Brasil, nos Estados Unidos ou nas ex-colônias espanholas, a língua não era um elemento que os diferenciasse das respectivas metrópoles imperiais." (ANDERSON, 2008: 84)

Durante a minha leitura do livro "Comunidades Imaginadas", me deparei com o uso abundante do termo "crioulo", que a priori me causou um certo tipo de estranhamento, mas ao ler as notas de rodapé, a palavra tomou um sentido que antes era desconhecido para mim. Segundo Anderson (2008), o termo "crioulo" é utilizado para classificar uma pessoa com ascendência europeia pura, que havia nascido nas colônias. Esse termo aparece com frequência no livro em questão, então ele será visto em algumas referências feitas às citações do próprio autor.

Dando continuidade, como dito acima, a língua não era um elemento caracterizante dos movimentos nacionalistas americanos, uma vez que estas colônias eram controladas e dirigidas por descendentes europeus. Em detrimento desse fator, "[...] a língua nunca se colocou como questão nessas primeiras lutas de libertação nacional." (ANDERSON, 2008: 85)

Após uma breve análise sobre as práticas linguísticas coloniais, seguirei para a o segundo ponto levantado pelo autor, que diz respeito à falta de participação popular na vida política. Anderson (2008), qualifica os nacionalismos americanos como sendo de "pouca espessura social", e afirma que a classe média, nas Américas Central e do Sul, era insignificante, tanto em volume quanto em intelectualidade. Levando-se em consideração essas afirmações, pode-se inferir que não existia, de fato, participação popular nos eventos nacionalistas dos séculos XVIII e XIX nas Américas, e que a liderança social "[...] estava nas mãos de fazendeiros ricos, aliados a um número um pouco menor de comerciantes, e a vários tipos de profissionais (advogados, militares, funcionários locais e provinciais)." (ANDERSON, 2008: 85)

Para além da limitada abrangência social dos nacionalismos nas Américas e do controle das sociedades pelos "crioulos" de sangue puro europeu, as classes mais altas não se preocuparam em tornar os movimentos nacionais em um fenômeno que abarcasse o restante da população. Pelo contrário, essa limitação era intencional, pois "um fator essencial que impulsionou a luta pela independência em relação a Madri, em casos importantes como os da Venezuela, do México e do Peru, foi o *medo* de mobilizações políticas das "classes baixas": a saber, as revoltas dos índios ou dos escravos negros." [1](ANDERSON, 2008: 86)

1 Revoltas estas, aludidas por Anderson (2008: 86), lideradas por Tupac Amarú II no Peru e Toussaint L'Ouverture, no Haiti. E como as citadas por Nascimento (2019: 74-75), ocorridas na Bahia entre 1807 e 1813, no qual o grupo OGBONI exerceu um grande papel nas lutas contra à escravidão; do levante de 1826 que ajudou a desenvolver o "Quilombo das matas de Urubu", na Bahia; e do levante de 1835, conduzidos por escravos iorubás e africanos islâmicos.

É possível concluir, a partir dos fatores acima apresentados, que a falta de representação social nos movimentos de independência nacional eram propositais, e que a representação ficava sob o domínio das elites "crioulas" europeias. Anderson (2008) nos elucida sobre o medo das mobilizações políticas, supracitado, ao afirmar que os "crioulos" estavam insatisfeitos com a coroa, visto que esta havia concedido tratamentos ligeiramente mais humanitários aos escravos, estabelecendo direitos, mas, também, deveres aos senhores de escravos. A insatisfação referente à decisão da coroa de conceder determinados direitos às populações escravizadas, que consequentemente, impuseram deveres aos senhores da elite, geraram revoltas, "[...] os crioulos rejeitaram a intervenção estatal alegando que os escravos eram propensos ao vício e à independência [!], e eram fundamentais para a economia." (ANDERSON, 2008: 86)

Um fator contribuinte para o nacionalismo nas Américas, foi a insatisfação das classes superiores, "crioulas", com as novas determinações originadas pela coroa. Os senhores de escravos se sentiram ameaçados, e como consequência, não queriam acatar decisões que pudessem atrapalhar a dominação e a usual economia escravocrata. As classes dominantes, em sua maioria, se apoiavam no trabalho forçado, na violência e na opressão:

> "O próprio Bolívar, o Libertador, disse certa vez que uma revolta negra era "mil vezes pior do que uma invasão espanhola.". E tampouco podemos esquecer que muitos líderes do movimento pela independência nas Treze Colônias eram magnatas rurais escravocratas." (ANDERSON, 2008: 86-87)

Mesmo com a pouca representação social presente nesses movimentos e com a insatisfação das classes superiores relacionada ao ganho mínimo de direitos pelas classes dominadas, de acordo com Anderson (2008), esses movimentos ainda eram considerados como sendo de independência nacional. Como fruto do recorte social elitista que não representava o todo, ou seja, todas as classes, indivíduos e vozes, buscou-se apenas aumentar a autonomia da classe dominante. Esses coeficientes, ainda assim, não explicam a formação de uma consciência nacional:

> "[...] a agressividade de Madri e o espírito do liberalismo, embora sejam essenciais para entender o ímpeto de resistência nas Américas espanholas, não bastam para explicar por que entidades como o Chile, a Venezuela e o México se mostraram emocionalmente plausíveis e politicamente viáveis, e nem por que San Martín haveria de decretar que certos aborígenes deviam ser identificados com o neologismo "peruanos"." (ANDERSON, 2008: 90)

Fazer com que as pessoas construam um vínculo com ideia de nacionalização, que cria uma unidade homogênea, não se justifica apenas pela resistência dos descendentes europeus às novas ideias liberais da coroa. Anderson (2008), explica que embora existissem diversos benefícios obtidos a longo prazo, pelos "crioulos", com a independência, muitos membros dessa classe sofreram pesados confiscos de terra e financeiramente estavam arruinados, mas mesmo assim, existia o apoio concreto na criação da comunidade nacional. Com o objetivo de conseguir compreender como esse senso de comunidade foi sendo moldado, é necessário observar outros fatores relativos às zonas econômicas e administrativas da colônia: "Para entender como as unidades administrativas puderam, ao longo do tempo, ser vistas como terras pátrias, não só nas Américas, mas também em outras partes do mundo, é preciso observar de que modo as organizações administrativas criam significado." (ANDERSON, 2008: 92)

Para compreender o senso de comunidade e consciência nacional advinda das zonas administrativas, é necessário, juntamente, entender de que maneira os poderes absolutistas unificavam e controlavam suas colônias. Em concordância com Anderson (2008), a unificação demandava uma troca interna e horizontal — por entre as áreas administrativas — de homens e documentos. Essa peregrinação burocrática, na qual diversas pessoas de zonas distintas se encontravam e, juntos, formavam um pequeno, subordinado e limitado grupo, ajudou a florescer um sentimento de companheirismo baseado no destino comum de terem nascido nas colônias e, assim, não serem europeus. A crescente burocratização, aliada às peregrinações, limitadas, subordinadas e restringidas pela metrópole, nos permite perceber que a "[...] intercambialidade dos documentos, que reforçava a intercambialidade dos homens, foi alimentada pelo desenvolvimento de uma língua oficial padronizada." (ANDERSON, 2008: 95)

As peregrinações burocráticas, eram restritas e controladas pela metrópole. Ao mesmo tempo em que os crioulos não tinham acesso às metrópoles, eles eram subordinados a estas. Essa somatória, gerou um sentimento de comunidade entre os crioulos, que quando adido a outro coeficiente, tal como a criação de uma língua oficial,

formou-se um ambiente propício à consciência nacional. Existia, porém, uma discriminação com grupos que não eram formados por pessoas de ascendência europeia:

> "[...] o aumento das comunidades crioulas, sobretudo nas Américas, mas também em partes da Ásia e da África, levou inevitavelmente ao surgimento de eurasiáticos, euro-africanos e euro-americanos, [...]. Esse surgimento favoreceu um estilo de pensamento que prefigura o racismo moderno." (ANDERSON, 2008: 99)

As discriminações raciais se intensificaram e, com o tempo, separaram ainda mais as sociedades em classes distintas que se relacionam por meio da dominação. Segundo Anderson (2008), os descendentes europeus puros formavam uma comunidade colonial, mas eram uma classe superior e dominante, que de qualquer forma era explorada pela coroa. Ainda de acordo com Anderson (2008), a metrópole explorava os "crioulos", mas necessitava que eles trabalhassem para manter a estabilidade da colônia e do império. Como visto acima, os "crioulos" ao se sentirem ameaçados pelas classes mais baixas, com a ajuda do sentimento comunitário gerado pelas peregrinações, tornaram-se uma ameaça para a metrópole.

"As peregrinações restritas dos vice-reis não teriam nenhuma consequência decisiva enquanto a extensão territorial não pudesse ser imaginada como uma nação — em outras palavras, enquanto não surgisse o capitalismo tipográfico." (ANDERSON, 2008: 101). Com a chegada do capitalismo editorial às colônias nas Américas, pode-se então, com a criação da ideia de um tempo simultâneo em um espaço local, formar a ideia de consciência nacional. Por mais que o interesse econômico das classes dos descendentes europeus, somados às ideias liberalistas fossem motivo para insatisfação com a coroa, eles sozinhos, não seriam capazes de construir a ideia de nação, "[...] o papel histórico decisivo foi desempenhado por funcionários-peregrinos e impressores locais crioulos." (ANDERSON, 2008: 106)

1.1.2 Nacionalismo nas colônias não-americanas

Os movimentos nacionalistas, que serão analisados nesse tópico, advieram dos nacionalismos nas Américas e na Europa. A ideia de Estado nacional foi sendo moldada e reproduzida em escalas maiores com o passar do tempo. Adaptavam-se para as necessidades políticas de cada território, mas a ideia central era a mesma, e esse modelo foi mundialmente difundido:

> "Os novos estados do segundo pós-guerra têm suas próprias características, que seriam incompreensíveis a não ser como sucessoras dos modelos que abordamos anteriormente. Uma maneira de apontar essa genealogia é lembrar que um enorme número dessas nações (principalmente as não europeias) veio a ter línguas oficiais europeias." (ANDERSON, 2008: 163)

Por meio dessa citação, percebe-se que as colônias europeias, não americanas, também sofreram com a dominação cultural imperialista. Mas por sua vez, essas colônias tiveram pontos divergentes, em relação aos processos nacionalistas, quando comparadas com as colônias nas Américas. Segundo Anderson (2008), as colônias, não americanas, dos impérios europeus adotaram os movimentos populares linguísticos que anteriormente foram identificados na Europa; assim como a estratégia política russificante czarista também havia sido empregada nas colônias europeias localizadas na África e Ásia.

As colônias americanas e as metrópoles europeias sofreram diversos processos históricos e nacionalizantes. Esse transcurso foi moldado e modulado, de maneira que pudesse ser reproduzido e implementado por diversos territórios, caso o poder dominante se sentisse ameaçado. Era necessário, também, criar a ideia de um movimento com origens antigas, quando na verdade era uma estratégia política, com nova roupagem, que fora instalada no tempo antigo, deliberadamente.

> "[...] no caso de uma inovação histórica comparativamente recente, a "nação", e seus fenômenos associados: o nacionalismo, o Estado nacional, os símbolos nacionais, as interpretações históricas e daí por diante. Todos estes elementos baseiam-se em exercícios de engenharia social muitas vezes deliberados e sempre inovadores, pelo menos porque a originalidade histórica implica inovação." (HOBSBAWM, 2018: 21)

Na citação acima, Hobsbawm exemplifica alguns fenômenos que auxiliam na legitimação do nacionalismo, tais como os símbolos nacionais e as interpretações históricas que ajudam a estruturar a condição nacional. De acordo com Anderson (2008),

as políticas que ajudaram a construir a nação contam com a assistência de instrumentos, como o desenvolvimento das comunicações em massa, o sistema educacional padronizado e as regulamentações administrativas.

Nas colônias americanas, os descendentes europeus puros procuravam aumentar sua autonomia e manter a dominação dos povos nativos e escravizados. Os impérios que controlavam as colônias africanas e asiáticas, também tinham como objetivo a dominação dos povos e a manutenção do imperialismo europeu. Essa última formatação de nacionalismo colonial se deu através da mistura entre nacionalismo popular e oficial, "[...] fruto de anomalias criadas pelo imperialismo europeu: a famosa arbitrariedade das fronteiras, e as intelectualidades bilíngues num precário equilíbrio sobre diversas populações monoglotas." (ANDERSON, 2008: 164)

As peregrinações burocráticas, que nas colônias americanas eram realizadas pelos crioulos, desempenharam um fator primordial para a formação dos movimentos nacionalistas populares nas colônias africanas e asiáticas. Para Anderson (2008), alguns poucos descendentes de europeus puderam, no século XX, uma única vez, estudar ou se profissionalizar na metrópole. Passado o período de formação, a peregrinação burocrática se limitava aos centros administrativos coloniais. Ainda de acordo com Anderson (2008), ao empreender nessas peregrinações burocráticas pelos centros administrativos, conheciam-se mais pessoas, pertencentes a uma classe limitada e bilíngue, que percorriam o mesmo circuito. Essa jornada resultou na formação de um sentimento comunitário entre essa parcela que vivenciava as peregrinações pela colônia.

> "Desse padrão surgiu aquela transformação velada e sutil do estado colonial em Estado nacional, a qual foi possível não só pela sólida permanência do mesmo quadro de funcionários, como também pelo roteiro estabelecido de viagens, forma pela qual os funcionários vivenciavam o Estado." (ANDERSON, 2008: 165)

Infere-se da citação acima, que as peregrinações por entre os centros administrativos coloniais foram fundamentais para a criação da noção de Estado e, também, para gerar um sentimento de comunidade entre aqueles que percorriam a mesma jornada. Porém, a partir de meados do século XIX, essas jornadas já não eram empreendidas apenas por uma enxuta parcela da população. Respeitando a classificação

definida por Anderson (2008), verifica-se que os principais motivos para o aumento da participação nas peregrinações são: o aumento da mobilidade física fomentado pelo capitalismo industrial, as dimensões das colônias submetidas aos impérios europeus e a difusão do ensino de moldes modernos.

De acordo com a classificação proposta pelo autor supracitado, enumeram-se os motivos que deram origem ao aumento drástico na quantidade de pessoas que participavam das peregrinações burocráticas, e como consequência, também houve um aumento na diversificação social desse movimento. Em concordância com Anderson (2008), o desenvolvimento do capitalismo industrial possibilitou a construção de navios a vapor e estradas de ferro no século XIX, assim como os aviões e veículo com motor no século XX.

As dimensões dos impérios europeus foi uma característica fundamental, pois devido ao tamanho do território, eles sofreram o processo de russificação (processo reproduzido do nacionalismo oficial). Para Anderson (2008), a dimensão dos territórios imperiais era demasiadamente grande, assim como, a população sob seu domínio; dessa maneira, tornava-se impraticável, que os ofícios burocráticos fossem executados apenas por descendentes de europeus ou funcionários da metrópole. Pode-se concluir, que a inserção dos próprios povos colonizados nas atividades burocráticas, não procedeu de uma política de inclusão social, mas sim da necessidade de funcionários intelectualizados, que trabalhassem para mediar os impérios europeus com as populações colonizadas.

A terceira, e última, característica a ser analisada é o ensino de moldes modernos que ocorreu por incentivo dos Estados coloniais, organizações privadas e religiosas. Segundo Anderson (2008), a expansão do ensino no estilo moderno europeu teve como causa a necessidade de escolarização das populações nativas, para servirem e se enquadrarem aos ofícios burocráticos; assim como a florescente onda da moral presente no conhecimento moderno ocidental. Esse incentivo e abertura à educação moderna de moldes europeus, tinha por objetivo readaptar e otimizar o controle das colônias por parte do império. Levando em consideração, também, que o modelo educacional europeu em

nada se parecia com os das culturas dominadas, tem-se o exemplo dos indianos educados, que "[...] viam-se cada vez mais forçados a aprender sobre sua própria cultura por intermédio de ideias e conhecimento europeu. Os governantes britânicos definiam cada vez mais o que era ser indiano num sentido oficial e "objetivo"." (HOBSBAWM, 2018: 235)

O ensino moderno europeu condicionou os povos colonizados a perceberem o mundo através da ótica europeia. Diante disso, as populações colonizadas passaram a se perceber e entender a própria cultura por meio do viés de outrem. O conhecimento era, então, controlado pelo filtro moderno europeu, "Através do incentivo à produção de livros didáticos nativos, os indianos começaram a escrever história à maneira europeia, adotando frequentemente ideias europeias sobre o passado da Índia." (HOBSBAWM, 2018: 235)

Levando em consideração os interesses imperiais presentes na escolarização de moldes modernos nas colônias e dos outros dois fatores citados anteriormente, é notável a diligência na dominação dos povos e territórios e assim, o controle dos mesmos. Segundo Anderson (2008), existe um consenso geral sobre a relevância das camadas intelectuais para o surgimento do nacionalismo nas colônias africanas e asiáticas. As camadas intelectualizadas, por sua vez, ganhavam acesso às culturas europeias modernas e aos registros dos movimentos nacionais que ocorreram nas Américas e na Europa, assim como aos fundamentos liberais produzidos por europeus. A dominação europeia não se limitava aos povos, territórios, às políticas sociais e econômicas. Ela penetrava a cultura das colônias.

> "A alfabetização já havia permitido que a comunidade imaginada flutuasse num tempo vazio e homogêneo, [...]. O bilinguismo significava o acesso, através da língua oficial europeia, à cultura ocidental moderna no sentido mais amplo e, em particular, aos modelos de nacionalismo, condição nacional [*nation-ness*] e Estado nacional criados em outros lugares no decorrer do século XIX." (ANDERSON, 2008: 167)

Ao se discutir a importância das camadas intelectualizadas para o movimento nacionalista colonial, pode-se erroneamente compará-las, em pé de igualdade, aos intelectuais da Europa nacionalista vernacular do século XIX. Anderson (2008), salienta a

discrepância entre essas camadas ao afirmar que, a primeira geração colonial, escolarizada massivamente ao estilo europeu, afastou-se cultural e linguisticamente da geração anterior e da maioria dos nativos pertencentes ao território colonizado. Esse distanciamento entre as gerações de nativos, causado pelo ensino moderno padronizado europeu, mostra a relevância dessa política para a formação de uma consciência nacional.

O modelo escolar moderno era completamente divergente das iniciativas educacionais tradicionais indígenas. Apresento, a seguir, o exemplo do sistema educacional moderno implementado na Batávia, que corresponde atualmente à cidade de Jacarta:

> "[...] as escolas do governo formavam uma hierarquia colossal, altamente racionalizada, rigidamente centralizada, estruturalmente semelhante à própria burocracia do Estado. Os mesmos livros didáticos, diplomas e certificados padronizados, uma gradação estritamente regulamentada dos grupos etários, das aulas e dos materiais de ensino, criavam em si mesmos um universo de experiências fechado e coerente." (ANDERSON, 2008: 173)

Essa representação de ensino padronizada, que correspondia aos modelos encontrados nos departamentos administrativos estatais, ajudou, junto com as peregrinações burocráticas e de formação escolar, a criar a ideia de comunidade nacional e a estruturar a condição nacional tão necessária para a institucionalização do mesmo. Essa comunidade, em contrapartida, era estratificada e não permitia o acesso de toda a população à experiência do Estado. Era possível, então, a partir da estratificação social, perceber o racismo presente e instituído pela dominação europeia.

Ainda utilizando como exemplo as colônias holandesas, de acordo com Anderson (2008), os holandeses caracterizavam todos os povos das Ilhas Orientais holandesas como "*inlanders*"; essa forma de denominação significava que as pessoas e populações assim chamadas, eram inferiores aos colonizadores — gerando uma diferenciação —, na mesma medida em que os rotulavam enquanto pertencentes às colônias. É possível inferir a distinção que o termo "*inlanders*" carrega, já que ele foi utilizado como ferramenta de segregação social, resultando na segregação política e econômica dessas populações.

Além de tornar perceptível a ignorância e o racismo que surgiram a partir das invasões colonialistas europeias. Em relação ao uso do termo "*inlanders*":

> "[...] os holandeses se colocavam, junto com a superioridade, como "*não pertencendo a ela*". A palavra também trazia implícito que, na sua inferioridade em comum, os *inlanders* eram igualmente desprezíveis, não importando a classe ou o grupo etnolinguístico de que proviessem." (ANDERSON, 2008: 175)

O caráter racista que o sistema de ensino moderno ocidental ajudou a estruturar, repercutia também na vida profissional dos nativos que assumiam ofícios burocráticos. O racismo é encontrado não só nas colônias holandesas asiáticas, como também nas colônias espanholas, inglesas e francesas asiáticas e africanas. A seguinte citação ajuda a representar o quadro traçado pelos colonos franceses que, "[...] não hesitavam em dizer que, se os vietnamitas eram gananciosos e indignos de confiança, ainda assim eram decididamente mais inteligentes e com mais iniciativa do que khmers e laosianos, que "pareciam crianças"." (ANDERSON, 2008: 184)

Além do racismo que os imperialistas europeus praticavam ao se diferenciar hierarquicamente dos nativos pertencentes aos territórios colonizados, observa-se, a partir da citação acima, a existência de racismo por parte de colonizadores, que diferenciavam de maneira pejorativa e discriminatória os grupos nativos dos territórios invadidos e dominados. A estrutura racista também era presenciada nos departamentos administrativos das colônias. Segundo Anderson (2008), os vietnamitas podiam estudar com laosianos e khmers, mas seria muito raro, dividir o espaço de trabalho com eles.

A estrutura de formação educacional e de ofícios burocráticos auxiliou na construção da ideia e condição nacional necessária para a formação dos Estados-nação. A dominação imperialista europeia orquestrou a política, a cultura e a organização social das colônias. Esse modelo foi enraizado, de maneira que, as populações nativas colonizadas foram condicionadas a esse tipo de pensamento. Como resultado, "Praticamente todos os principais grupos etnolinguísticos, ao fim do período colonial, estavam acostumados à ideia de que tinham papéis a desempenhar [...]." (ANDERSON, 2008: 187).

Por último, é de extrema relevância salientar o papel do capitalismo editorial, instituído por meio da língua impressa. Mesmo com a importância dos processos que fomentaram a condição nacional, não seria possível pensar a nação sem o golpe final do capitalismo. Em concordância com Anderson (2008), uma língua, em particular, não é capaz de inventar o nacionalismo; é necessário então institucionalizá-la por meio do capitalismo editorial, transformando-a em uma língua impressa. A escolha da língua, assim como no nacionalismo oficial europeu, foi por conveniência política. Na maioria dos casos, não existia um apego identitário relacionado ao idioma, porém existia uma escolha política que foi conveniente sob determinado contexto.

> "Quando o capitalismo editorial surgiu em cena em proporções mais consideráveis, na segunda metade do século, o *dienstmaleisch* saiu do seu círculo fechado e entrou no mercado e nos meios de comunicação. De início utilizado principalmente por jornalistas e editores chineses e eurasiáticos, ele foi adotado por *inlanders* no final do século." (ANDERSON, 2008: 188-189)

Infere-se da citação acima que o capitalismo editorial não ficou restrito aos jornais, romances e outros tipos de publicação impressa. O capitalismo editorial e industrial tornou possível a disseminação da língua impressa oficial no mercado e em diversas modalidades de comunicação. O modelo capitalista, quando associado aos avanços da "[...] tecnologia das comunicações, sobretudo do rádio e da televisão, oferece à imprensa aliados que não existiam no século passado. A radiodifusão multilíngue pode evocar a comunidade imaginada para iletrados e povos com diferentes línguas maternas." (ANDERSON, 2008: 191)

Com o avanço do capitalismo e da revolução industrial, o alcance das línguas impressas aumentou drasticamente, como mostra a citação encontrada acima. A tecnologia das comunicações se soma ao mercado, ampliando o contato com camadas da população que não foram alfabetizadas ou que possuíam uma língua materna distinta da língua impressa oficial. Em outros casos, como em muitas colônias africanas e asiáticas, optou-se pelo uso das línguas europeias enquanto línguas oficiais, assim como nas colônias localizadas nas Américas. É importante ressaltar que:

> "Nada sugere que o nacionalismo ganês seja menos real do que o indonésio, simplesmente porque a sua língua nacional é o inglês em vez do ashanti. É sempre um

> equívoco tratar as línguas como certos ideólogos nacionalistas as tratam — como emblemas da condição nacional [*nation-ness*], como bandeiras, trajes típicos, danças folclóricas e similares. Basicamente, a coisa mais importante quanto à língua é a sua capacidade de gerar comunidades imaginadas, efetivamente construindo *solidariedades particulares.* (ANDERSON, 2008: 189)

É imprescindível se ater à conceituação exemplificada acima, no que diz respeito à capacidade da língua de gerar comunidades imaginadas e, também, de suscitar solidariedades específicas em determinados grupos. Após o papel exercido pelo capitalismo editorial é possível, acima de tudo, pensar e executar a ideia de nação, que se encontra "[...] solidamente alojada em quase todas as línguas impressas; e a condição nacional [*nation-ness*] é praticamente inseparável da consciência política." (ANDERSON, 2008: 191)

1.2 Instrumentalização

No tópico anterior, procurei elucidar os processos que ocorreram ao longo dos séculos e que propiciaram o contexto necessário para o surgimento de comunidades imaginadas. Essas comunidades, foram moldadas, modeladas e adaptadas de acordo com a situação política, social e histórica de cada território. O desenvolvimento desse novo tópico tem como intuito analisar a instrumentalização utilizada para criar um vínculo da população com a ideia da comunidade imaginada e, também, debater sobre a problemática acerca desses instrumentos.

1.2.1 Pátria racializada

Como analisado anteriormente, a formação das comunidades imaginadas a partir de movimentos nacionalistas, ocorre através de processos construtivos imperialistas europeus, marcados pela dominação colonial, de caráter racista, hierárquico e exploratório. Portanto, ainda é necessário compreender de que maneira seria possível que, "[...] a transformação social ou as consciências transformadas, por si mesmas, consigam explicar o *apego* que os povos sentem pelas invenções das suas imaginações." (ANDERSON, 2008: 199)

Os livros impressos, os romances, as músicas e poemas, exercem um papel fundamental na retratação nacional, A partir dessas produções, pode-se perceber a tendência de discorrer sobre a pátria e a comunidade nacional de maneira positiva e nobre, mesmo que a pátria seja marcada por processos violentos, racistas e colonialistas. Segundo Anderson (2008), a natureza do amor político pela nação é representada pela língua e sua maneira de descrever a nação; são utilizados termos de progenitura, (*motherland, Vaterland, pátria*) e termos que remetem a nação ao lar (*Heimat* ou *tanah air*). Ainda de acordo com Anderson (2008), os vocabulários empregados nesse tipo de descrição, qualificam a comunidade imaginada como algo que se está naturalmente ligado.

A naturalização da comunidade imaginada foi um processo necessário para legitimar o nacionalismo oficial e seus desdobramentos. Os movimentos nacionalistas, com o passar dos séculos, adaptaram o modelo oferecido, da maneira que lhes fosse conveniente. Não existe nada de natural na nacionalização, é um sistema político inventado para fins de controle e dominação imperialista.

> "O elemento de invenção é particularmente nítido [...], já que a história que se tornou parte do cabedal de conhecimento ou ideologia da nação, Estado ou movimento não corresponde ao que foi realmente conservado na memória popular, mas àquilo que foi selecionado, escrito, descrito, popularizado e institucionalizado por quem estava encarregado de fazê-lo." (HOBSBAWM, 2018: 21)

As produções culturais derivadas do nacionalismo criam uma imagem natural, de naturalização, quando a realidade é que o processo foi construído e implementado, não de maneira natural, mas violentamente, excluindo populações. Esses movimentos tem caráter discriminatório e colonizador, pautados no medo pelo que é diverso. Em concordância com Anderson (2008), a condição nacional [*nation-ness*], é estruturada com o intuito de formar comunidades [*Gemeinschaft*], que sejam limitadas pelos tons de pele, parentesco e sexo.

A invenção dessas comunidades apoia-se em produções culturais que simbolizem a unidade e a naturalidade histórica construída durante esses processos. A população foi

levada a crer no pertencimento, do qual não se tem escolha, é intrínseco. Em geral, não existe pensamento crítico popular relativo à criação das comunidades inventadas, existe apenas a aceitação do que o Estado-nação representa e como ele se apresenta. Dessa maneira as populações vivenciam o Estado diariamente, e:

> "[...] a maioria das ocasiões em que as pessoas tomam consciência da cidadania como tal permanecem associadas a símbolos e práticas semirrituais (por exemplo, as eleições), que em sua maior parte são historicamente originais e livremente inventadas: bandeiras, imagens, cerimônias e músicas." (HOBSBAWM, 2018: 20)

As práticas pelas quais a população vivencia o Estado, foram deliberadamente alocadas no tempo para representar o que quer que as classes dominantes quisessem. Essas representações não são manifestações naturais de uma organização política, mas sim a representação daquilo que legitimaria o modelo político escolhido. "Os elementos contidos numa constituição simbólico-cultural não são uma mera reunião de itens e coisas, mas organizam-se seguindo um padrão que afirma a relação entre os elementos e determina seu valor." (HOBSBAWM, 2018: 224)

As línguas, como explanado anteriormente, quando utilizadas pelo capitalismo editorial, tiveram a capacidade de unificar determinados grupos, criando então um senso de comunidade e pertencimento local. Segundo Anderson (2008), as línguas estão muito enraizadas nas sociedades contemporâneas. Com esse enraizamento, foi possível criar massas que se identificavam, ou eram identificadas enquanto pertencentes a um grupo. Esse pertencimento, para a maior parte das populações era como uma fatalidade, seu próprio destino. Porém, na verdade, a comunidade imaginada foi apenas uma criação, e é possível exemplificar através "[...] dos hinos nacionais, cantados nos feriados nacionais. Por mais banal que seja a letra e medíocre a melodia, há nesse canto uma experiência de simultaneidade." (ANDERSON, 2008: 203)

A experiência da simultaneidade ajudou a elaborar um espaço limitado, composto por determinados grupos, que compartilhavam específicas características, que foram agrupadas e unificadas. Os processos de dominação e colonização, impostos pela

violência racista europeia, foram mascarados e recontados por meio de símbolos culturais que formam a identidade nacional.

Como explanado anteriormente, o nacionalismo contribuiu para a origem do racismo moderno, "[...] o nacionalismo pensa em termos de destinos históricos, ao passo que o racismo sonha com contaminações eternas [...]." (ANDERSON, 2008: 208). O racismo, no entanto, foi utilizado como instrumento pelas metrópoles imperialistas europeias e auxiliou no desenvolvimento da diferenciação discriminatória entre europeus brancos e nativos de etnias diversas. Porém, para os imperialistas advindos da Europa, que tinham uma perspectiva limitada em relação à pluralidade contida no mundo, o que era diferente foi aglutinado e unificado, não se respeitando a diversidade étnica e cultural existente. Essa diferenciação era, também, hierarquizada, e os nativos eram sempre colocados como inferiores aos brancos europeus.

> "Uma palavra como "*slant*" [puxado], por exemplo, abreviatura de "*slant-eyed*" [de olho puxado], não expressa apenas uma inimizade política comum. Ela anula a condição nacional [*nation-ness*] ao reduzir o adversário aos seus traços fisionômicos biológicos. [...]. Ao mesmo tempo, ela mistura o "vietnamita" na mesma lama anônima com o "coreano", o "chinês", o "filipino", e assim por diante." (ANDERSON, 2008: 208)

Com esse exemplo, é possível observar a falta de conhecimento acerca do que era considerado diferente, como também, a distinção generalizante e discriminatória utilizada para determinar as esferas populacionais presentes naquelas sociedades. De acordo com Anderson (2008), o racismo se apresenta dentro das fronteiras nacionais e, como consequência, a opressão e dominação eram exercidas sobre as colônias, e não sobre os países vizinhos. Seguindo esse raciocínio, infere-se que o racismo apesar de ser um instrumento dos impérios nacionais, era utilizado para estratificar e distribuir a sociedade colonial, "Os sonhos do racismo, na verdade, têm sua origem histórica nas ideologias de *classe*, e não nas de nação [...]." (ANDERSON, 2008: 209).

Existia, também, solidariedade entre as sociedades e populações brancas, enquanto essas reprimiam o que era diverso. Mesmo que os brancos não se conhecessem, nunca tivessem tido algum ponto de contato, a sua cor, branca, já era pretexto para se ter sentimento de solidariedade e empatia para com o outro, caso ele fosse branco e ocidental.

Enquanto com pessoas com outras tonalidades de pele ou aspectos fisionômicos distintos eram discriminadas. É importante salientar que, “Onde o racismo se desenvolveu fora da Europa no século XIX, esteve sempre associado com a dominação europeia.” (ANDERSON, 2008: 210).

O racismo, como dito acima, foi instrumento de colonização e dominação originado na Europa. Esse instrumento foi utilizado para separar hierarquicamente e classificar discriminatoriamente o que era branco do que era diferente, tornando-se então um motivo para a subjugação colonial. Segundo Anderson (2008), o racismo presente nas colônias foi um componente essencial dentro dos padrões imperialistas, que tentava fundir e legitimar a dinastia com o nacionalismo.

1.2.2 O papel do censo, do mapa e do museu

Após compreender o papel que o racismo exerceu sobre a estratificação das classes e sobre a caracterização discriminatória das populações nativas nas colônias, é importante assimilar como as três instituições, analisadas nesse tópico, estão profundamente ligadas ao controle imperial europeu relativo às colônias. Essas instituições permitiram construir a imagem e o imaginário popular acerca dos Estados nacionalizados. À vista disso, “[...] o censo, o mapa e o museu: juntas, elas moldaram profundamente a maneira pela qual o Estado colonial imaginava o seu domínio — a natureza dos seres humanos por ele governados, a geografia do seu território e a legitimidade do seu passado.” (ANDERSON, 2008: 227)

As três instituições centrais desse capítulo moldaram os territórios coloniais, assim como moldaram, também, a imagem desses Estados. Desde meados do século XIX até a contemporaneidade, o censo sofreu diversas alterações drásticas e segundo Anderson (2008), as categorias censitárias estão constantemente sendo reordenadas, separadas arbitrariamente e recombinadas. Ainda de acordo com Anderson (2008), em consequência ao desgaste dos modelos colonialistas, as categorizações do censo foram se tornando mais racializadas e objetivas; enquanto a categoria relativa à religião foi perdendo espaço.

A herança colonialista e racista, institucionalizada através da nacionalização dos territórios, pode ser experienciada até nos dias atuais, por meio do imaginado Estado nacional. Em consequência da dominação imperial, mesmo após décadas desde a última onda de movimentos de independência nacional, a grande maioria dos Estados ainda possui sua estrutura pautada em construções políticas europeias, e, o censo é um exemplo de como "[...] as grandes categorias raciais foram mantidas e até reforçadas após a independência, mas agora renomeadas e reescalonadas como "malásios", "chineses", "indianos" e "outros"." (ANDERSON, 2008: 228).

Por meio do censo, o Estado colonial buscava classificar, unificar e distinguir culturas diversas e grupos plurais compulsoriamente, para melhorar o controle estatal sobre os indivíduos dominados. Por meio das categorias censitárias é possível perceber a falta de compreensão dos Europeus para com as culturas presentes nas colônias. Também se percebe que, os recenseadores buscavam classificar a todos segundo a ótica limitada da metrópole:

> "Essas "identidades" imaginadas pela mentalidade (confusamente) classificatória do Estado colonial ainda aguardavam uma reificação que, com a penetração administrativa imperial, logo se tornaria possível. Pode-se notar, também, a paixão dos recenseadores por uma categorização exaustiva e inequívoca. Daí a intolerância deles diante de identificações múltiplas, politicamente "travestidas", indistintas ou variáveis. (ANDERSON, 2008: 229)

Dentro das categorizações abrangidas pelo censo, não se tinha espaço para o que era diverso ou múltiplo, e essa situação se refletia na falta de tolerância para os dados que não eram facilmente alocados em determinados rótulos. Em concordância com Anderson (2008), o censo tinha um principio utópico, no qual todos os indivíduos estariam presentes no levantamento de dados e que todos ocupariam um, e apenas um único lugar objetivo na pesquisa.

Na prática, porém, a situação é diferente, pois cada indivíduo é composto por inúmeras partes distintas que completam o todo e não podem simplesmente ser alocados em uma simples imagem generalizada. Assim como, os recenseadores possuíam uma

ótica enviesada, advinda dos modelos políticos, sociais e culturais europeus, que em nada se relacionavam com aqueles encontrados nas colônias espalhadas pelo mundo:

> "[...] a "estrutura de classes" do período pré-colonial é uma criação "censitária" de imagens, formada a partir dos tombadilhos dos galeões espanhóis. Aonde quer que *eles* fossem, apareciam *hidalgos* e *esclavos*, que só podiam ser agregados enquanto tais, ou seja, "estruturalmente", por um Estado colonial incipiente." (ANDERSON, 2008: 231)

As culturas europeias estavam divididas entre fidalgos e escravos, dessa maneira, os recenseadores metropolitanos enxergavam fidalgos e escravos em qualquer lugar que fossem. Não existia distanciamento da própria cultura para tentar entender como as outras dinâmicas culturais se organizavam. Em decorrência disso, a imposição política e a dominação dos povos não permitia a existência de outras possibilidades, forçando as populações a se moldarem às classificações impostas pelo Estado colonial.

Os mapas, assim como o censo, forçavam a classificação e categorização política-territorial dos espaços colonizados: "Tal como os censos, os mapas de tipo europeu operavam com base em uma classificação totalizante, que levou os seus produtores e consumidores burocráticos a políticas de consequências revolucionárias." (ANDERSON, 2008: 239). A partir do momento em que a cartografia ganhou espaço dentro dos modelos capitalistas de reprodução mecânica, houve um crescimento na produção de mapas e assim, cresceu, também, o interesse pela delimitação das fronteiras e dos territórios colonizados, a exemplo do Sudeste Asiático: "[...] a segunda metade do século XIX foi a idade de ouro dos topógrafos militares — coloniais e, pouco depois, tailandeses. Eles se mobilizaram para deixar o espaço sob a mesma vigilância que os recenseadores tentavam impor às pessoas." (ANDERSON, 2008: 239).

Ao delimitar as fronteiras, os limites territoriais das colonias, delimitava-se também o acesso do povo à terra, à cultura e quando somados ao censo, tirava-se o direito de ser, e colocava-se a população sob o rígido escrutínio do Estado. Esse tipo de conformação é opressora e "[...] nada nos faz correr mais risco de agressão do que instituir, por meios violentos, modos de subjugação colonial que negam à população subjugada direitos básicos de autodeterminação." (BUTLER, 2017: 15)

A legitimação das instituições de poder estudadas nesse tópico é violenta e subjuga as culturas pertencentes as populações colonizadas pelos impérios europeus. Essas instituições ajudam a solidificar os movimentos nacionalistas nesses territórios. Segundo Anderson (2008), o desenvolvimento do mapa colonial foi uma triangulação demográfica complementada pelo censo, que populava politicamente o espaço delimitado demograficamente. O autor busca salientar o papel político exercido pelas instituições sob análise, que auxiliam no controle territorial e populacional das colônias. Essas colônias, por sua vez, dariam continuidade a essa estrutura política e social implementada pelos europeus e com raízes racistas e opressoras:

> "Através da sequência cronológica dada a esses mapas, surgia uma espécie de narrativa político-biográfica daquele espaço, às vezes com vasta profundidade histórica. Por outro lado, essa narrativa foi adotada, mesmo sofrendo várias adaptações, pelos Estados nacionais que, no século XX, se tornaram os herdeiros dos Estados coloniais." (ANDERSON, 2008: 241)

A última instituição a ser analisada é o museu, que moldou a imagem da nação e a imaginação necessária para a solidificação da condição nacional. O museu, no século XIX, estava intimamente ligado aos serviços arqueológicos, que junto aos avanços do capitalismo impresso e industrial, possibilitaram a formação imagética generalista referente a nação.

> "Na década de 1860 foi iniciado um levantamento arqueológico no qual os europeus decidiam quais eram os grandes monumentos da Índia, quais os monumentos que poderiam ser preservados ou descritos como parte do "legado" indiano. As operações de recenseamento e um serviço de levantamento etnográfico ficariam encarregados de estudar "os povos e culturas da Índia" e de colocar tais dados à disposição, em monografias, fotos e tabelas estatísticas, não só de seus funcionários, mas dos cientistas sociais, de maneira que a Índia pudesse fazer parte do laboratório da humanidade." (HOBSBAWM, 2018: 235)

Essa instituição política, que teve seu surgimento, nas colônias, inaugurado pelo olhar europeizado sobre as populações originárias, quando aliada ao recenseamento e a cartografia imperialista, geraram a imagem que o nacionalismo oficial europeu demandava dos Estados coloniais. Segundo Anderson (2008), os colonizadores europeus descreditavam os nativos contemporâneos de sua época e não achavam que os nativos

ainda eram capazes de construir monumentos como os ancestrais e se imaginava a decadência dessa linhagem.

Esse pensamento é característico da colonização imperialista, que como visto anteriormente, hierarquiza as culturas, subjuga o que é diferente e menospreza suas potências. É importante ressaltar que as instituições que estão sendo analisadas carregavam a perspectiva e o viés da Europa colonialista. De acordo com Anderson (2008), os prestadores de serviço arqueológico eram altamente especializados, eruditos e designados pela coroa. Então, seguindo esse princípio, a manutenção dos monumentos antigos não era tão acessível aos nativos que desejassem participar. Em consequência do racismo, como elucidado previamente, a sociedade havia se tornado estratificada e desigual. A organização política e social distinguia a população em grupos, como retrata o seguinte exemplo:

> "Em primeiro lugar, o momento desse dinamismo arqueológico coincidiu com a primeira luta política sobre os programas educacionais do Estado. Os "progressistas" — colonos e nativos — pressionavam por investimentos de monta na escolarização moderna. Contra eles alinhavam-se os conservadores, que temiam as consequências a longo prazo dessa escolarização e preferiam que os nativos continuassem nativos." (ANDERSON, 2008: 248-249)

Mesmo com a existência de grupos progressistas, as populações originárias estavam sempre na posição mais vulnerável, em razão da falta de participação popular em atividades políticas. De acordo com a classificação descrita por Anderson (2008), a restauração dos monumentos arqueológicos carregava uma metodologia educacional que agradava aos conservadores, além de auxiliar na blindagem contra o grupo progressistas.

A educação conservadora acerca dos antigos monumentos, atravessados pela ótica europeia colonialista, moldava o conhecimento simbólico presente cultura popular. O capitalismo editorial e a reprodução mecânica sustentavam a reprodução gráfica e teórica do ensino. Ao passo que a instituição arqueológica expandia seus limites, situando-se:

> "[...] cada vez mais ligada ao turismo, permitia que o Estado aparecesse como o guardião de uma tradição generalizada, mas também local. Os antigos sítios sagrados deviam ser incorporados ao mapa da colônia, e o seu venerando prestígio (o qual, se tivesse

> desaparecido, como amiúde se deu, seria revivido pelo Estado) envolveria também os cartógrafos." (ANDERSON, 2008: 250)

Infere-se da citação acima, que os monumentos antigos que foram restaurados e institucionalizados eram base da monetização Estatal, e também, alimentavam a produção de mapas e do mercado editorial. Segundo Anderson (2008: 250), os monumentos antigos foram museificados e ressignificados, para então, serem representados enquanto emblema "de um Estado colonial *secular*". Ainda de acordo com Anderson (2008), uma particularidade dos recursos atinentes às três instituições de poder, explanadas nesse tópico, é a reprodutibilidade resultante do capitalismo editorial, dos avanços fotográficos e devido à falta de conexão simbólica dos dirigentes para com os sítios arqueológicos. A reprodutibilidade intensa com o auxílio da imprensa, naturalizaram as informações divulgadas para a população, adaptando-as às estruturas políticas e culturais europeizadas.

Essa reprodutibilidade de símbolos era descolada e alheia ao real significado cultural, como também era afastada de sua verdadeira representação social. Entretanto, esses organismos "[...] mutuamente interligados, censo, mapa e museu iluminam o estilo de pensamento do Estado colonial tardio em relação aos seus domínios." (ANDERSON, 2008: 253). As instituições citadas fazem parte de uma mesma forma de organização político, social, econômica e cultural que foi sendo moldada e adaptada por mais de dois séculos e meio, até se consolidar no final do século XX. A estrutura dessa organização forma:

> "[...] uma grade classificatória totalizante que podia ser aplicada com uma flexibilidade ilimitada a qualquer coisa sob o controle real ou apenas visual do Estado: povos, regiões, religiões, línguas, objetos produzidos, monumentos, e assim por diante. O efeito dessa grade era sempre poder dizer que tal coisa era isso e não aquilo, que fazia parte disso e não daquilo." (ANDERSON, 2008: 253)

A classificação categórica e autoritária imposta pelo Estado, tinha sua reprodutibilidade ampliada para os mais diversos objetos ou atores presentes dentro da esfera social. A imposição identitária introduzida pelas instituições estatais, foi se moldando e entranhando até ser conformada a sociedade. "A "trama" era o que podemos chamar de serialização: o pressuposto de que o mundo era feito de plurais reprodutíveis." (ANDERSON, 2008: 253). Esses plurais reprodutíveis poderiam ser categorizações

reproduzidas, símbolos reproduzidos, imagens nacionais ou qualquer ideia que pudesse ser serializada até ganhar densidade e legitimação. O autor exemplifica a legitimidade consequente da serialização ao dizer que o processo de serialização "[...] criou uma profundidade histórica que foi facilmente incorporada pelo sucessor pós-colonial do Estado." (ANDERSON, 2008: 255)

1.2.3 A imagem da nação

Nos últimos tópicos foram abarcados temas ligados à instrumentalização do racismo e das instituições políticas, como o censo, a cartografia e os museus. Por fim, no tópico final deste capítulo, explanarei como esses instrumentos, aliados à criação de uma imagem nacionalizada, foram determinantes para o enraizamento desse sistema político nas sociedades. Segundo Anderson (2008), os instrumentos burocráticos e ideológicos ao serviço das coroas imperiais lhes facilitaram o processo de colonização e dominação sobre os nativos e sobre a população europeia sob seu regime.

Os impérios europeus estavam localizados ao redor do globo, por todos os continentes. Os descendentes puros de europeus já colonizavam diversos territórios e culturas, mas mesmo assim eram controlados pelas suas respectivas metrópoles. Esse controle, por sua vez, era distinto da dominação exercida sobre as populações originárias, uma vez que os descendentes puros de europeus "[...] não precisavam temer o extermínio físico nem a escravização, ao contrário do que ocorreu com tantos outros povos que estavam no caminho do avanço destruidor do imperialismo europeu. Afinal, eles eram "brancos", cristãos e falavam o espanhol ou o inglês;" (ANDERSON, 2008: 262).

Para além da solidariedade branca e do compartilhamento de privilégios que as classes dominantes possuíam, é de extrema valia atinar-se para o real interesse que a metrópole tinha pelos "crioulos" que habitavam as colônias. Saliento, então, o papel que os descendentes de europeus exerciam para o império nas colônias, pois estes "[...] eram também os intermediários necessários às metrópoles, para que a riqueza econômica dos impérios ocidentais pudesse continuar sob o controle europeu." (ANDERSON, 2008: 262). Consequentemente os movimentos de independência nas Américas, não alterou a

estrutura ou o controle presente na sociedade, uma vez que os povos originários e populações escravizadas continuaram sob o controle de colonizadores europeus e a cultura imposta a eles.

Como vimos no tópico anterior, a reprodução mecânica e os adventos tecnológicos e ideológicos resultantes do capitalismo foram responsáveis pela categorização e padronização serial. De acordo com Anderson (2008: 266), a densidade propiciada pela quantidade de informação reproduzida, fomentou a formação da "leitura *genealógica* do nacionalismo", como se essa serialização e reprodução em larga escala revelassem a apresentação de dados que comprovassem uma tradição antiga ou histórica. Depreende-se então, que o volume de produção impressa era uma metodologia utilizada para naturalizar e legitimar a ideia dos Estados nacionalizados nos territórios submetidos aos impérios. E sua aplicação pode ser exemplificada em:

> "Naturalmente, muitas instituições políticas, movimentos ideológicos e grupos — inclusive o nacionalismo — sem antecessores tornaram necessária a invenção de uma continuidade histórica, por exemplo, através da criação de um passado antigo que extrapole a continuidade histórica real seja pela lenda [...] ou pela invenção [...]. Também é óbvio que símbolos e acessórios inteiramente novos foram criados como parte de movimentos e Estados nacionais, tais como o hino nacional [...], a bandeira nacional [...], ou a personificação da "Nação" por meio de símbolos ou imagens oficiais [...]." (HOBSBAWM, 2018: 14)

Como abordado anteriormente, a escolha dos símbolos e traços culturais representativos da nação era qual fosse politicamente atrativo ou conveniente. O sentimento nacionalista que a reprodução desses símbolos gerou, foi consequência da legitimação dessas imagens, que estampavam as características desejadas pelo Estado. A ótica que define a formação dessas imagens, como visto previamente, é o olhar colonizador, branco, ocidental e europeu, um olhar carregado pela hierarquização cultural. Para Anderson (2008), a metrópole havia disseminado sua língua, religião e estrutura política pelas colônias, obtendo como resultado à facilitação na difusão das imagens nacionais pelos territórios.

O processo de legitimação das imagens nacionais é marcado pelo viés dos poderes políticos, que se sentem ameaçados. Em busca da naturalização de seu discurso, é

necessário reinterpretar os fatos e forjar a cronologia histórica favorável. A forja é possível por meio do apagamento de fatos, simultâneo ao reforço dos discursos que devem ser mantidos na memória. Exemplifico esse fenômeno a seguir:

> "Uma enorme indústria didática trabalha incessantemente para obrigar a juventude norte-americana a lembrar/esquecer as hostilidades de 1861-65 como uma grande guerra "civil" entre "irmãos", em vez de (como foram por um breve tempo) dois estados nacionais soberanos." (ANDERSON, 2008: 274)

O trecho supracitado elucida o amparo industrial na construção do imaginário popular e da condição nacional. Nota-se, também, a construção de uma narrativa, necessária para legitimar historicamente a nação. De acordo com Anderson (2008: 274), a prática de se esquecer e lembrar de narrativas e acontecimentos específicos, é uma metodologia característico da concepção das "genealogias nacionais". As reconstruções da história foram essenciais para o desenvolvimento da consciência acerca da comunidade, tal quais promovidas pelos movimentos nacionalistas. Os apagamentos eram executados em prol da naturalização e legitimação do Estado nacional:

> "Essas notáveis criações imaginárias oitocentistas da fraternidade, surgindo "naturalmente" numa sociedade fraturada pelos mais violentos antagonismos raciais, classistas e regionais, mostram da maneira mais clara possível que o nacionalismo na época de Michelet e Renan representava uma nova forma de consciência — [...]." (ANDERSON, 2008: 277)

O Estado retrata uma falsa equidade perante a população, que por sua vez, é estratificada e estigmatizada pelo racismo e pela desigualdade. A imagem nacional, elaborada pelo Estado, ilustra uma condição que não coincide com a realidade social e política apresentada pelos territórios. Segundo Anderson (2008), a alteração na percepção social carrega amnésia; e a partir dos apagamentos na memória social, dá-se origem às narrativas, que são alocadas em uma estrutura temporal vazia e homogênea. O desenvolvimento de narrativas foi facilitado pelo capitalismo editorial, industrial, pela a criação da imprensa, da evolução das técnicas fotográficas e por diversos fatores debatidos anteriormente. A criação das narrativas não prevê um tipo genérico de recorte histórico, mas, sim, um recorte no qual "A consciência de estarem inseridas no tempo secular e serial, com todas as suas implicações de continuidade e, todavia, de "esquecer" a

vivência dessa continuidade — [...] —, gera a necessidade de uma narrativa de "identidade"." (ANDERSON, 2008: 279)

2. Identidade e Memória

2.1 Identidade

O conceito de identidade e o processo de identificação são temas relacionadas à história social e cultural, porém, notam-se alguns problemas relativos à teorização desses processos. O alcance desse conceito, entretanto, atinge estruturalmente a sociedade. As identidades estabelecem fronteiras e limites, e "O corpo é um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem nós somos, servindo de fundamento para a identidade — [...]." (WOODWARD, 2014: 15). De acordo com a citação acima, infere-se que o processo identitário envolve o indivíduo e estabelece demarcações que dão forma ao sujeito.

Observa-se, corriqueiramente, que as sociedades contemporâneas se utilizam do discurso de tolerância ao diferente. Em contrapartida, esses discursos não questionam a real problemática contida nessas questões. "Em geral, o chamado "multiculturalismo" apoia-se em um vago e benevolente apelo à tolerância e ao respeito para com a diversidade e a diferença. É particularmente problemática, nessas perspectivas, a ideia de diversidade." (SILVA, 2014: 73). O problema, então, não se encontra na existência do diverso, mas sim em como as sociedades utilizam esses discursos para sustentar as relações de poder. Segundo Silva (2014), a partir da perspectiva da tolerância ao diverso, a identidade e a diferença passam por processos de naturalização, cristalização e adquirem a característica da essencialidade, quando são, efetivamente, construções sociais. É possível inferir, que esses processos não são intrínsecos à humanidade. A categorização promovida pelos processos de identificação não é natural e nem essencial, mas faz parte da construção da ideia de comunidades imaginadas.

Em concordância com Kathryn Woodward (2014), as reivindicações essencialistas discorrem sobre quem está incluído e quem está excluído de determinada comunidade que

possuí uma identidade específica. Logo, para essa determinada comunidade, a identidade permanece inalterável e advém da naturalização dos processos de identificação. Como apresentado acima, os processos de identificação, sejam eles de caráter racial, étnico ou relativos ao parentesco, não são naturais, mas sim historicamente construídos. A autora apresenta outro ponto, que procura elucidar a questão identitária ao afirmar que "A identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma *marcação simbólica* relativamente a outras identidades [...]." (WOODWARD, 2014: 13-14)

Como visto também no capítulo anterior, o processo de diferenciação entre duas identidades utiliza como meio os símbolos, sendo este o caso dos símbolos nacionais, da bandeira e do hino nacional, por exemplo. Os símbolos, por sua vez, carregam consigo a construção histórica e consequentemente, a invenção de tradições:

> "Por "tradição inventada" entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado." (HOBSBAWM, 2018: 8)

Além do caráter simbólico presente nas construções identitárias, observa-se, também, que o aspecto social está intimamente ligado. Segundo Woodward (2014), o *social* e o *simbólico* são processos distintos, porém ambos são imprescindíveis para a construção dos processos de identificação e para a manutenção das identidades. Enquanto por intermédio do simbólico é possível representar e marcar as identidades, o social é o âmbito pelo qual essas marcações e representações são experienciadas. Para a autora, "Os sistemas simbólicos fornecem novas formas de se dar sentido à experiência das divisões e desigualdades sociais e aos meios pelos quais alguns grupos são excluídos e estigmatizados." (WOODWARD, 2014: 20). O sistema simbólico apresenta não só características de diferenciação entre as identidades como também influencia negativamente nas experiências sociais de grupos específicos.

Em concordância com Woodward (2014), os indivíduos são coagidos pelo sortimento de representações simbólicas e pelas relações sociais. É necessário, então,

enfatizar o papel das representações, que ainda segundo Woodward (2014), abarca as práticas de significação e os sistemas simbólicos, produtores, estes, de significados que norteiam às experiências sociais e constituem os sujeitos. As representações, portanto, estabelecem os papéis a serem desempenhados socialmente pelos indivíduos, e são compreendidas como processos culturais que designam identidades individuais e coletivas. Dessa maneira, "[...] a produção de significados e a produção das identidades que são posicionadas nos (e pelos) sistemas de representação estão estreitamente vinculadas." (WOODWARD, 2014: 18)

Pode-se inferir, consequentemente, que as representações simbólicas e as relações sociais produzem identidades que são repetidamente reforçadas e internalizadas. Todavia, é necessário salientar o arbítrio advindo das significações resultantes das representações:

> "Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído. A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade — [...]." (WOODWARD, 2014: 19)

Os papéis desempenhados pelos sujeitos são, assim, definidos pelas relações de poder. As identidades acabam por indicar quem são os indivíduos, ou grupos, que pertencem e aqueles que não pertencem. Essa relação destaca a interação entre a ideia do que é o "eu" e o "outro". O grupo dos que pertencem é delineado pelo processo de identificação, "[...] o processo pelo qual nos identificamos com os outros, seja pela ausência de uma consciência da diferença ou da separação, seja como resultado de supostas similaridades, tem sua origem na psicanálise." (WOODWARD, 2014: 18-19). A compreensão do conceito de identificação é aliada a ideia do indivíduo que assume o papel de sujeito. Essa discussão permeia o subjetivo e o campo da psicanálise. Segundo Hall (2014), o conceito de identificação é um dos temas menos desenvolvidos dentro da área de estudo da teoria sociocultural e para o autor, "[...] a abordagem discursiva vê a identificação como uma construção, como um processo nunca completado — [...]." (HALL, 2014: 106).

> Apesar das lacunas na teorização desses temas, tais processos permanecem em voga nas sociedades modernas, ou que passam por um processo de modernização tardia, e nas sociedades contemporâneas. O caráter essencialista, que de acordo com Woodward (2014), deveria conferir a fixação, naturalização e estabilidade identitária, se vê contestado e tendo seus limites tensionados.

Ainda segundo Woodward (2014), a globalização promove o contato entre a cultura e a economia, tendo como resultado transformações nas relações de produção e consumo, que consequentemente, transfiguram e alteram as identidades, ocasionando em fronteiras renovadas e globalizadas. As mudanças advindas do capitalismo tendem a produzir identidades unificadas e homogêneas, criando representações e posições de sujeito distantes daquelas com a quais o indivíduo estava vinculado anteriormente.

> Como explanado acima, a globalização transformou as relações de produção e consumo, alterando também o fluxo do mercado de trabalho e das demandas migratórias. Para a autora, "A migração produz identidades plurais, mas também identidades contestadas, em um processo que é caracterizado por grandes desigualdades. A migração é um processo característico da desigualdade em termos de desenvolvimento." (WOODWARD, 2014: 22). Enquanto o processo migratório expõe os indivíduos a diferentes culturas, essa variedade auxilia na estruturação de identidades heterogêneas, sujeitas às relações de poder, mas, também, capazes de contestar essas mesmas relações. É necessário, ainda, salientar o conceito de *diáspora*, cunhado por Gilroy em seu ensaio "*Diaspora and the detours of identity*" publicado em um livro organizado por Woodward, onde tem-se "[...] um dos conceitos que nos permite compreender algumas dessas identidades — identidades que não tem uma "pátria" e que não podem ser simplesmente atribuídas a uma única fonte." (WOODWARD, 2014: 22).

> O conceito de *diáspora* é relevante para contestar o caráter unitário e essencialista utilizado para legitimar e institucionalizar determinadas identidades. É necessário, então, questionar as relações de poder referentes aos processos identitários e de diferenciação, especialmente os relacionados aos processos nacionalizantes, estudados nessa pesquisa. Como explanado acima, as identidades delimitam fronteiras, porém "Se o movimento entre fronteiras coloca em evidência a instabilidade da identidade, é nas próprias linhas de

fronteira, nos limiares, nos interstícios, que sua precariedade se torna mais visível." (SILVA, 2014: 89). Como abordado no capítulo anterior, as delimitações das fronteiras nacionais foram decisões de caráter político e não necessariamente respeitava, ou sequer considerava, os grupos étnicos e culturais que habitavam as regiões onde limitações político-sociais haviam sido estabelecidas. Segundo Woodward (2014), os recorrentes conflitos identitários que se sucedem, na sua maioria, em regiões fronteiriças, ocorrem, pois, nessas regiões as instabilidades culturais e sociais são maiores e confrontam, assim, a identidade nacional ali construída.

Sendo, como analisado acima, as regiões fronteiriças as que mais sofrem com a instabilidade identitária e onde as nacionalidades politicamente instituídas são mais confrontadas, é relevante salientar que, "A diferença entre as diversas identidades nacionais reside, portanto, nas diferentes formas pelas quais elas são imaginadas." (WOODWARD, 2014: 24). Percebe-se então a interação entre as comunidades imaginadas e os processos identitários, temática abordada pela 21ª edição da Bienal de Arte contemporânea do Sesc_Videobrasil. De acordo com Kathryn Woodward (2014), ocorrem casos onde certas comunidades, em uma tentativa de lidar com a instabilidade e a fragmentação das atuais sociedades, procuram retornar e buscar por um passado antigo específico. O artifício de se recorrer ao passado em busca de elementos que auxiliem na instituição e na construção de uma identidade atual foram explorados no capítulo anterior, entretanto é um tema que aparece em discussões para além do nacionalismo. A estrutura de identidades essencialistas e naturalizadas, não traduz a continuidade de costumes culturais, ou a história antiga, mas muitas vezes representa as relações de poder que moldam as sociedades, como exemplifica a autora no seguinte trecho: "A ideia de uma identidade europeia, por exemplo, defendida por partidos políticos de extrema-direita, surgiu, recentemente, como uma reação à suposta ameaça do "Outro". Esse "Outro" muito frequentemente se refere a trabalhadores da África do Norte [...]." (WOODWARD, 2014: 24-25).

Em contrapartida aos movimentos político-partidários de extrema-direita, exemplificados acima, que almejam criar uma diferenciação social entre os que "pertencem" e aqueles que "não pertencem", existem movimentos identitários que vão de

encontro, combativamente, às construções sociais colonizadoras do Estado-nação. Como é possível observar em:

> "Os conflitos nacionais e étnicos parecem ser caracterizados por tentativas de recuperar e reescrever a história, [...]. A afirmação política das identidades exige alguma forma de autenticação. Muito frequentemente, essa autenticação é feita por meio da reivindicação da história do grupo cultural em questão." (WOODWARD, 2014: 26)

Enquanto que para o Estado-nação o regresso histórico constrói a identidade nacional, para os movimentos identitários das minorias, o regresso histórico é uma ferramenta na reivindicação dos direitos civis e sociais de específicos grupos étnicos e culturais. O processo de formação das identidades depende da narrativa desenhada e de como os "recursos históricos" são empregados:

> "As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos." (HALL, 2014: 108-109)

As narrativas históricas desenvolvidas, que acompanham as posições de sujeito ocupadas pelos indivíduos, são múltiplas. No caso das identidades nacionais, faz-se crer numa continuidade histórica, natural daqueles indivíduos. Em concordância com Woodward (2014: 26), a "indústria da herança" apresenta uma versão singular, quando na verdade, diversas possibilidades podem ser estruturadas e legitimadas. O nacionalismo transforma suas narrativas em um caminho único, que não abre espaço para diferentes perspectivas ou organizações sociais, servindo como o exemplo de uma narrativa que se caracteriza pela naturalização e unificação com intenção dominatória:

> "Uma das versões do passado é aquela que mostra a Grã-Bretanha como um poder imperial, como um poder que exclui as experiências e as histórias daqueles povos que a Grã-Bretanha colonizou. Uma história alternativa questionaria essa descrição, mostrando a diversidade desses grupos étnicos e a pluralidade dessas culturas." (WOODWARD, 2014: 26-27)

É de extrema importância, então, elaborar narrativas que suportem o reconhecimento e a existência de identidades alternativas, que contestem os processos de colonização e as relações de poder. Por mais que se trabalhe em cima da repetição e da fixação dos papéis de sujeito designados pelas identidades, estas "[...] estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação." (HALL, 2014: 108). Portanto, as identidades estão em constante mutação e transformação, assim como os indivíduos que as reproduzem. As identidades nacionais, por meio da repetição, buscam fixar padrões e rituais que embasem sua narrativa. De acordo com Hall (2014: 109), as narrativas identitárias se relacionam com a *invenção* da tradição da mesma maneira que se relacionam com a própria tradição. A ligação entre nacionalização e tradição também foi estudada por Hobsbawm, que discorre sobre a invenção das tradições. Posto isto, é pertinente diferenciar então dois conceitos que são muito utilizados dentro dos estudos culturais:

> "A "tradição" nesse sentido deve ser nitidamente diferenciada do "costume", vigente nas sociedades ditas "tradicionais". O objetivo e a característica das "tradições", inclusive das inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição." (HOBSBAWM, 2018: 8)

A tradição, nos Estados-nação, aparece como uma ferramenta para estimular a repetição de ações, símbolos, rituais, e papéis de sujeito, construindo a noção de continuidade histórica, essencial para a pátria. Em concordância com Silva (2014), é corriqueiro observar o uso de "mitos fundadores" pelos Estados nacionais, assim como a apropriação da língua. Ainda de acordo com Silva (2014), o papel dos símbolos nacionais, tais como os hinos, bandeiras, brasões é fulcral para a formação dos Estados-nação. Como explanado anteriormente neste segundo capítulo, os símbolos em questão fazem parte, também, do processo de diferenciação identitária. Mais importante do que identificar quem pertence à comunidade, é necessário, sob essa óptica, identificar quem não pertence. Os símbolos que acompanham a tradição foram elucidados por Hobsbawm no seguinte trecho:

> "As práticas tradicionais existentes — canções folclóricas, campeonatos de ginástica e de tiro ao alvo — foram modificadas, ritualizadas e institucionalizadas para servir a novos propósitos nacionais. Às canções folclóricas tradicionais acrescentaram-se novas

> canções na mesma língua, muitas vezes compostas por mestres-escola e transferidas para um repertório coral de conteúdo patriótico-progressista [...].” (HOBSBAWM, 2018: 13)

Exemplifica-se acima o papel dos símbolos, dos ritos e dos mitos na representação das identidades, em especial as nacionais, mas que não se restringem à estas. No entanto, é prudente observar, porém, as mudanças sociais que acompanham os significados e os sujeitos. Em concordância com Woodward (2014), existe a necessidade de o indivíduo assumir distintas identidades, em consequência da complexidade social advinda dos processos de modernização aos quais as sociedades foram submetidas. Ainda segundo Woodward (2014), conflitos identitários podem ser resultantes dessa variada gama de identidades necessárias à vida moderna. Mesmo com a complexidade social e suas múltiplas identidades sendo a razão de conflitos, estas não são as únicas causas. Outros conflitos “[...] surgem das tensões entre as expectativas e as normas sociais.” (WOODWARD, 2014: 33). As expectativas e as normas sociais estabelecem determinados papéis de sujeito, que em diversas situações, divergem do próprio indivíduo e de seus vínculos. As identidades, muitas vezes acompanhadas dos discursos essencialistas, causam, também, confronto e crise. Assim sendo, a autora contrapõe as narrativas essencialistas ao afirmar que, “Toda prática social é simbolicamente marcada. As identidades são diversas e cambiantes, tanto nos contextos sociais nos quais elas são vividas quanto nos sistemas simbólicos por meio dos quais damos sentido a nossas próprias posições.” (WOODWARD, 2014: 33)

A autora, portanto, se enquadra no que ela própria denomina de “novos movimentos sociais”, trilhando a direção contrária aos movimentos sociais essencialistas dos anos 1960. Seu intuito era o de questionar a naturalização das identidades e sua continuidade histórica. Kathryn Woodward, discorre então sobre o movimento essencialista e reitera:

> “A política de identidade era o que definia esses movimentos sociais, marcados por uma preocupação profunda pela identidade: o que ela significa, como ela é produzida e como é contestada. A política de identidade concentra-se em afirmar a identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado.” (WOODWARD, 2014: 34)

A autora informa acerca da afirmação das identidades culturais, porém o discurso ou a narrativa essencialista podem ser de caráter, ainda segundo Woodward (2014), "[...] biológico e natural, ou histórico e cultural. De qualquer modo, o que eles têm em comum é uma concepção *unificada* de identidade." (WOODWARD, 2014: 38). Os processos tão citados anteriormente, sendo eles a unificação e naturalização, são fortemente empregados nas ideologias nacionalistas. Em razão disso, eles foram elucidados no capítulo anterior, mas estão, independentemente do caráter nacionalista, aliados ao discurso essencialista. Em contramão a este movimento, os não-essencialistas, segundo Woodward (2014), enfatizam que as identidades são fluidas, não sendo, então, essências fixas. Ainda de acordo com Woodward (2014), as identidades não-essencialistas não procuram a fixidez, mas se adaptam e se reinventam em conjunto com as mudanças sociais.

Outra divergência entre o movimento essencialista e o não-essencialista se encontra no poder de decisão e de autodeterminação possível em cada perspectiva. Enquanto os essencialistas caracterizam e alocam os indivíduos segundo determinados sistemas classificatórios, alguns segmentos de não-essencialistas reivindicam "[...] o direito de construir e assumir a responsabilidade de suas próprias identidades." (WOODWARD, 2014: 36). Outros posicionamentos também divergem entre os dois movimentos acima citados, considerando que os não-essencialistas questionam também:

> "O reconhecimento da complexidade das divisões sociais pela política de identidade, na qual a "raça", a etnia e o gênero são centrais, tem chamado a atenção para outras divisões sociais, sugerindo que não é mais suficiente argumentar que as identidades podem ser deduzidas da posição de classe [...] ou que as formas pelas quais elas são representadas têm pouco impacto sobre sua definição." (WOODWARD, 2014: 37)

Portanto, é válido inferir que o segundo movimento analisa criticamente e questiona a estrutura de identificação e diferenciação, assim como legitima o peso da estrutura social e de suas mudanças nas representações simbólicas e sociais das identidades. A autora relaciona, o processo identitário ao processo de diferenciação ao dizer que, "As dimensões políticas da identidade tais como se expressam, por exemplo,

nos conflitos nacionais e étnicos e no crescimento dos “novos movimentos sociais”, estão fortemente baseadas na construção da diferença.” (WOODWARD, 2014: 39-40).

A autora, então, sobressalta novamente o processo de diferenciação. Processo, este, presente na formação das identidades. A relação entre a identidade e a diferença é de interdependência, dessa forma, não se trata de processos que devem ser analisados isoladamente, pois estes, quando em conjunto, delimitam as fronteiras identitárias. Segundo Kathryn Woodward:

> “As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas *simbólicos* de representação quanto por meio de formas de exclusão *social*. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade *depende* da diferença.” (WOODWARD, 2014: 40)

O trecho apresentado acima, exemplifica e explana objetivamente a relação de interdependência existente entre ambos processos. De acordo com a citação, a “marcação da diferença” pode ser observada tanto nos sistemas simbólicos quanto através da exclusão social, permeando os dois campos. Em concordância com Woodward (2014), as formas onde a diferença é observada, seja a simbólica ou a social, é legitimada, em parte, por meio dos *sistemas classificatórios*.

Os sistemas classificatórios foram abordados, também, no primeiro capítulo. As instituições como o censo, o mapa e o museu foram exemplificados enquanto sistemas classificatórios. Agora, nesse segundo capítulo, as classificações não serão referentes à identidade nacional e a formação do Estado-nação, mas sim enquanto sistema de organização social em geral. Segundo Woodward (2014), a conceituação de identidade exige a análise dos *sistemas classificatórios*, que por sua vez expõem a maneira como as relações sociais são ordenadas. Ao compreender a maneira pela qual a sociedade se divide e se ordena, é possível entender as relações de poder que sustentam as categorizações e classificações. Ter uma identidade específica classificada ou fixada como norma “[...] é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças.” (SILVA, 2014: 83). Os sistemas classificatórios, além de dispor, também hierarquizam os

papéis de sujeito e suas respectivas identidades. Enquanto um é socialmente aceito, o outro é rejeitado, tido como não pertencente ou estranho. É de extrema relevância salientar que "Cada cultura tem suas próprias e distintivas formas de classificar o mundo. É pela construção de sistemas classificatórios que a cultura nos propicia os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e construir significados." (WOODWARD, 2014: 42)

Os sistemas classificatórios nos permitem, então, dar significado e sentido ao campo social e às nossas experiências. Cada sociedade, cada cultura, tem sua própria maneira de classificar o mundo, ou seja, cada cultura tem sua própria ótica. Observar as fronteiras geradas pelos processos de diferenciação são essenciais para se compreender o processo identitário, como podemos inferir por meio da seguinte citação: "As formas pelas quais a cultura estabelece fronteiras e distingue a diferença são cruciais para compreender as identidades. A diferença é aquilo que separa uma identidade da outra, estabelecendo distinções, frequentemente na forma de oposições, [...]." (WOODWARD, 2014: 42)

É interessante então, traçar um paralelo com as identidades nacionais, onde a identidade é o resultado de um processo relacional entre as divergências, ou as diferenças, entre os papéis de sujeito. Pode-se também dizer, segundo Woodward (2014: 47), que quando relativo às identidades nacionais, é fundamental compreender que a identidade é construída sempre em relação a uma outra identidade. Ainda segundo Woodward (2014), a classificação dos meios simbólicos encontra-se concatenada com à ideia de ordem social. Um exemplo disso é o censo, instituição abarcada no primeiro capítulo e intimamente relacionada à organização social e política dos Estados nacionais. Por fim, antes de aprofundar sobre o processo de diferenciação das identidades, exibo o seguinte trecho referente às classificações sociais:

> "Na argumentação do sociólogo francês Émile Durkheim, é por meio da organização e ordenação das coisas de acordo com sistemas classificatórios que o significado é produzido. Os sistemas de classificação dão ordem à vida social, sendo afirmados nas falas e nos rituais." (WOODWARD, 2014: 40-41)

Ao analisar a citação acima, creio ser relevante salientar a função de ordenação da vida social compreendida pelos sistemas classificatórios. A partir desse gancho, é possível então, aprofundar a conceituação da diferença ou dos processos de diferenciação. Em concordância com Silva (2014), tanto a identidade quanto a diferença são construções culturais e sociais. Ainda de acordo com Silva (2014), os processos de identificação e diferenciação são resultantes das produções e narrativas simbólicas e discursivas. Conclui-se que a identidade e, também, a diferença estão estritamente vinculadas ao sistema classificatório, uma vez que esse sistema é o responsável por ordenar o meio social, por onde as identidades são experienciadas. Como explanado acima, o sistema de classificações através de suas ordenações, gera sentido e significado à vida social e às representações, logo, "A identidade e a diferença não podem ser compreendidas, pois, fora dos sistemas de significação nos quais adquirem sentido." (SILVA, 2014: 78).

Anteriormente neste capítulo, houve uma breve explicação acerca do caráter relacional da identidade e da diferença, onde defende-se que ambos conceitos são dependentes um do outro. Seguindo esta linha de pensamento, Stuart Hall declarou que "[...] as identidades são construídas por meio da diferença e não fora dela." (HALL, 2014: 110). A construção identitária, perpassa pelo processo de diferenciação, a diferenciação assume papel de agente responsável pela relação entre as identidades. O processo de diferenciação, entretanto não tem a incumbência apenas de marcar a diferença. De acordo com Kathryn Woodward "Algumas diferenças são marcadas, mas nesse processo algumas diferenças podem ser obscurecidas; [...]." (WOODWARD, 2014: 14). O que é marcado e o que é obscurecido ou ocultado é uma decisão política. O processo de diferenciação, que é binário e dicotômico, estrutura as diferenças a serem percebidas no campo social, uma vez que "[...] os termos que formam esses dualismos recebem, na verdade, pesos desiguais, estando estreitamente vinculados a relações de poder." (WOODWARD, 2014: 55).

As relações de poder acabam por ditar o que é marcado e o que é ocultado, o que é pertencente e o que é forasteiro. A hierarquização dessas diferenças (e das identidades), é moldada, novamente, mediante o auxílio dos sistemas de classificação, sistema, este, incumbido de ordenar a experiência do meio social e gerar seus significados. Então, "[...],

como num processo, a identificação opera por meio da *différance*, ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de "efeitos de fronteiras". Para consolidar o processo, ela requer aquilo que é deixado de fora — o exterior que a constitui." (HALL, 2014: 106). A ideia do "não pertencente", ou da diferença, é novamente evidenciado. Para que uma identidade seja normatizada, em detrimento de outra, é necessário que as marcações da diferença estejam classificadas hierarquicamente, legitimando e institucionalizando as relações de poder. Essas marcações e ocultações, e até mesmo as relações de poder, dão forma ao campo social e às experiências. À vista disso, pode se dizer que "A diferença é marcada por representações simbólicas que atribuem significado às relações sociais [...]." (WOODWARD, 2014: 55)

Após esta breve análise acerca dos processos e das estruturas envolvidas nas questões identitárias, termino o tópico relativo a esta temática. A seguir, ainda nesse capítulo, como um segundo tópico, abordarei uma discussão referente à memória social. O conceito memória, assim como o de identidade, foi introduzido no primeiro capítulo e é de suma importância tanto para os movimentos nacionalistas quanto para os movimentos identitários.

2.2 Memória social

O conceito de memória é extenso e abrange diversos campos disciplinares. A memória está intimamente relacionada à fisiologia humana e à psicanálise. No entanto, nesse tópico, o recorte a ser desenvolvido é relativo ao aspecto social e coletivo. Segundo Le Goff (2013), o conceito de memória é fulcral e tem como propriedade a conservação de determinadas informações. A amplitude do conceito deriva das diversas possibilidades tocantes a esse tema, seja, por exemplo, a memória individual, coletiva, histórica, social ou biológica. À medida em que as pesquisas foram se aprofundando, "Alguns cientistas foram, [...], levados a aproximar a memória de fenômenos diretamente ligados à esfera das ciências humanas e sociais." (LE GOFF, 2013: 388). A esfera das ciências humanas e

sociais compreende o viés de pesquisa dessa monografia. A memória social está intimamente vinculada às questões identitárias, sejam elas nacionalistas ou não. Observa-se que, "O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora atrasada, ora adiantada." (LE GOFF, 2013: 390).

Faz-se necessário, então, entender a relevância do aspecto social para a construção da memória. É comum o pensamento de que a memória está localizada apenas no campo de estudo da medicina e da psicologia, porém sua formação está ligada à interação social e coletiva. Le Goff, por sua vez, cita Pierre Janet ao relacionar a construção narrativa e a formação da memória:

> "Assim, Pierre Janet "considera que o ato mnemônico fundamental é o "comportamento narrativo", que se caracteriza antes de mais nada pela sua *função social*, pois se trata de comunicação a outrem de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o seu motivo." (LE GOFF, 2013: 389)

Logo, torna-se imprescindível a análise do lugar das narrativas na formação social. No primeiro capítulo dessa pesquisa, salientei a importância das mesmas para a construção das identidades nacionais e dos Estados-nação. Nesse segundo capítulo, a influência da narrativa volta à tona. Em concordância com Elizabeth Braga (2000), o conteúdo, tanto quanto a conduta das recordações, é estabelecido pela atuação social, por meio de um "trabalho construtivo" que envolve também a percepção e a imaginação. A atuação social envolve processos culturais e históricos, o indivíduo está atrelado à sociedade, logo, está sujeito a essas influências. De acordo com a autora, "A abordagem materialista-dialética do desenvolvimento humano defende, [...], a noção de que a consciência é elaborada no processo histórico/cultural." (BRAGA, 2000: 67). A citação acima corrobora o envolvimento do individuo no meio social, que tem influência não apenas na construção da narrativa ou das lembranças, mas também na própria formação da consciência. Ainda segundo Braga (2000), diversos autores que compunham o grupo soviético, tais como Lev Vygotsky, Alexander Luria e Alexei Leontiev, questionam e confrontam a posição que defende a memória humana enquanto uma capacidade pré-existente da fisiologia, resguardando, então, o caráter social, advindo dos processos de significação e representação. Por fim, é relevante salientar ainda, que Braga (2000),

afirma a dependência do indivíduo em relação às condições históricas e relaciona o desenvolvimento comportamental à inserção cultural.

As narrativas, enquanto base da construção da memória, possuem falhas. Elas não carregam em si, necessariamente, todos os fatos históricos e sociais. Elas são moldadas e estão suscetíveis às relações de poder presentes na sociedade. Quando se discute a reprodução de histórias, "[...], os detalhes lembrados tornaram-se estereotipados, sofreram omissão ou passaram por processos de simplificação [...], transformação de ítens em elementos mais familiares, importação ou invenção, racionalização [...], entre outros." (BRAGA, 2000: 41-42). A reprodução das histórias está sujeita as manipulações, as posições de sujeito caricatas, aos esquecimentos e as amnésias. A reprodução das histórias não é apenas factual, ela está imersa na subjetividade humana. Ao voltar a atenção à amnésia, tem-se que ela "[...] é não só uma perturbação no indivíduo, que envolve perturbações mais ou menos graves da presença da personalidade, mas também a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva nos povos e nas nações, que pode determinar perturbações graves da identidade coletiva." (LE GOFF, 2013: 389). A partir dessa citação, observa-se a relação existente entre as lembranças, as histórias e as identidades, possibilitando, então, a integração entre os principais temas abordados nessa pesquisa monográfica. Como explanado no primeiro capítulo e, também, supracitado, as manipulações narrativas escancaram as relações de poder presentes nas sociedades. Tendo isso em vista, "Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva" (LE GOFF, 2013: 390).

Com o intuito de adentrar o campo das narrativas históricas, é conveniente, primeiramente, compreender melhor a memória coletiva e suas transformações. O início das memórias coletivas está ligado às sociedades sem escrita, onde a transmissão era oral, e:

> "Assim, enquanto a reprodução mnemônica palavra por palavra estaria ligada à escrita, as sociedades sem escrita, excetuando certas práticas de memorização *ne varietur*, das quais a principal é o canto, atribuem à memória mais liberdade e mais possibilidades criativas." (LE GOFF, 2013: 393-394)

A transmissão oral da memória coletiva utilizava-se de ferramentas, como o exemplo do canto. Além da utilização de ferramentas para a oralidade, buscava-se incutir fundamentação às narrativas, mesmo que elas não fossem fiéis aos fatos históricos, “O primeiro domínio no qual se cristaliza a memória coletiva dos povos sem escrita é aquele que dá um fundamento — aparentemente histórico — à existência das etnias ou das famílias, isto é, o dos mitos de origem” (LE GOFF, 2013: 392). Os mitos de origem assumiam o papel das narrativas que compunham as memórias coletivas orais, e em concordância com Le Goff (2013), a memória coletiva tem como característica a mistura entre os mitos de origem e a história. Os mitos de origem, por sua vez, interagem com a ideia de tradição, que foi abarcada anteriormente nessa pesquisa através da perspectiva de Hobsbawm. Como corroboração, tem-se que “A história dos inícios torna-se, assim, para retomar uma expressão de Malinowski, um “cantar mítico” da tradição” (LE GOFF, 2013: 392).

Os mitos de origem, que integram as narrativas formadoras da memória coletiva, estão presentes não apenas nas sociedades sem escrita, mas são encontrados, também, nas sociedades onde a escrita está presente. Em contrapartida “O aparecimento da escrita está ligado a uma profunda transformação da memória coletiva.” (LE GOFF, 2013: 394). Apesar dessa transformação, a transmissão da memória continua presente nas sociedades contemporâneas, e “[...], faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção.” (LE GOFF, 2013: 435). A citação acima expõe as relações de poder referentes às narrativas das memórias coletivas, presentes desde as sociedades orais e que se estende até as sociedades contemporâneas. Segundo Le Goff (2013), as memórias coletivas tem um espaço relevante nas lutas sociais pela detenção do poder e da dominação. Ainda em concordância com Le Goff (2013), a memória coletiva não é apenas uma conquista social, mas é, principalmente, utilizada enquanto objeto de poder. Quando se discute o caráter de dominação e poder referente às memórias, os agentes estatais ou sociais responsáveis por essa conservação são testemunhas e participam ativamente do processo de formação das narrativas. Esses agentes, então:

> "[...] restauram os estereótipos oficiais, necessários à sobrevivência da ideologia da classe dominante. Dessa maneira, as lembranças pessoais e grupais são invadidas por outra "história", por uma outra memória que rouba das primeiras o sentido, a transparência e a verdade." (BOSI, 2016: 19)

Assim como o capitalismo editorial influenciou os movimentos nacionalistas, ele também influenciou as memórias coletivas. A manipulação das lembranças e das narrativas, que por consequência, deixava de fora fatos históricos e sociais que não se adequavam, é compreendida como uma forma de opressão das classes dominantes: "Eis um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças." (BOSI, 2016: 20). Bosi, retrata o apagamento como uma das piores expressões da dominação. Enquanto o capitalismo editorial, que também pode ser concebido como a imprensa, "[...] revoluciona, embora lentamente, a memória ocidental." (LE GOFF, 2013: 418). A imprensa, torna-se responsável, assim, pela narrativa que é reproduzida em maior escala. A imprensa, toma para si, também, a decisão de quais informações devem ser divulgadas e quais devem ser omitidas. Segundo Le Goff (2013), os impactos advindos do capitalismo editorial só serão percebidos de maneira mais efetiva a partir do século XVIII. Nas sociedades onde a escrita está presente, ainda de acordo com Le Goff (2013), o inventário e a lista hierarquizada não são apenas uma organização do saber e ou ferramentas para a memorização, mas elas constroem uma nova organização de poder. Junto dessa nova organização do poder, as classes dominantes sentem a necessidade de fundar instituições que se responsabilizem pela conservação dessas narrativas. Dessa maneira, "Os reis criam instituições-memória: arquivos, bibliotecas, museus." (LE GOFF, 2013: 397)

Além das instituições-memória e do capitalismo editorial, a invenção das tradições — como os rituais, os símbolos e as comemorações oficiais — também possui parcela da responsabilidade pela conservação das memórias, como afirma Hobsbawm: "A combinação da inovação dos meios de comunicação de massa e o anacronismo do cerimonial tornaram o ritual real ao mesmo tempo consolador e popular numa época de transformações." (HOBSBAWM, 2018: 172). A citação de Hobsbawm é precisa ao explanar a combinação de fatores que suscitaram nas transformações ocorridas nos

séculos XVII e XVIII. Por outro lado, Ecléa Bosi, salienta o papel exercido pelas celebrações ritualísticas:

> "[...], a memória não é oprimida apenas porque lhe foram roubados suportes materiais, nem só porque o velho foi reduzido à monotonia da repetição, mas também porque uma outra ação, mais daninha e sinistra, sufoca a lembrança: a história oficial celebrativa cujo triunfalismo é a vitória do vencedor a pisotear a tradição dos vencidos." (BOSI, 2016: 19)

A ideia de celebrar fatos históricos, mas acima de tudo, de ritualizar essa celebração, tem relação direta com a construção das memórias e com aquilo que deve ser lembrado, que não pode ser esquecido. Pode-se perceber esse aspecto com mais nitidez, ao analisar o seguinte trecho: "Se os revolucionários querem festas comemorando a revolução, a maré da comemoração é, sobretudo, apanágio dos conservadores e ainda mais dos nacionalistas, para quem a memória é um objetivo e um instrumento de governo" (LE GOFF, 2013: 424). Mais uma vez a construção da memória retoma assuntos apresentados no primeiro capítulo. Friso, então a relevância da memória social e das narrativas para a construção dos movimentos nacionais e para a formação dos Estados nacionais. Le Goff (2013), concordando com Hobsbawm, relaciona os ritos de comemoração com a apropriação de instrumentos que dão suporte a essa narrativa, sendo eles as moedas, medalhas e selos. Como apresentado anteriormente, essas narrativas estão acompanhadas de símbolos, que fazem parte do processo de significação e representação presente nas culturas e nas identidades. Com o intuito de concluir esse pensamento, apresento algumas sequelas decorrentes da expansão capitalista, por meio do trecho: "Destruindo os suportes materiais da memória, a sociedade capitalista bloqueou os caminhos da lembrança, arrancou seus marcos e apagou seus rastros." (BOSI, 2016: 19). A manipulação das narrativas está associada ao apagamento de lembranças, sejam elas históricas ou não.

Ao escrutinar a memória coletiva, Le Goff (2013) considera duas manifestações como sendo as mais significativas e expressivas, sendo elas: a construção de monumentos aos mortos, pós Primeira Guerra Mundial, e o invento da fotografia. Ainda segundo Le Goff (2013), a fotografia multiplica, democratiza e torna nítida, por meio da visualidade, a memória. Além de ser capaz de capturar o momento, conservando a memória temporal.

Ao trazer a referência da temporalidade, a citação de Le Goff abre caminho para a investigação da cronologia e do tempo dentro das narrativas relativas à memoria social. De acordo com a classificação de Bosi, “O tempo da memória é social, não só porque é o calendário do trabalho, e da festa, do evento político e do fato insólito, mas também porque repercute no modo de lembrar.” (BOSI, 2016: 31). A estrutura temporal da memória, então, está diretamente ligada ao campo social e influencia a maneira como o indivíduo interage com suas lembranças. O trecho a seguir, exemplifica a consideração de fatos históricos como marcadores temporais: “[...] como auxiliares de nossa memória, os fatos históricos não desempenham um papel muito diferente das divisões do tempo marcadas num relógio ou determinadas pelo calendário.” (HALBWACHS, 2006: 75). O autor, além de apresentar os fatos históricos enquanto divisões temporais, também afirma que, “O tempo social assim definido seria totalmente exterior às durações vividas pelas consciências.” (HALBWACHS, 2006: 75).

Ao explanar sobre os fatos históricos enquanto marcadores temporais, creio ser conveniente fazer uma breve diferenciação entre a memória coletiva e a história. É possível, então, dizer que a história “[...] pode se apresentar como a memória universal da espécie humana. Contudo, não existe nenhuma memória universal. Toda memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço.” (HALBWACHS, 2006: 106). O autor afirma, portanto, que a memória coletiva tem o alcance temporal e espacial limitados, desta maneira, não se pode dizer que uma memória coletiva compreenda toda a história. Em concordância com Halbwachs (2006), tem-se inúmeras memórias coletivas, e esse é um dos pontos de diferenciação entre a memória e a história. Ainda segundo Halbwachs (2006), é ilusório crer que durante o processo de desenvolvimento das memórias existirão limites e fronteiras visivelmente traçadas, já que, as fronteiras são, assim, irregulares e indistintas, ao contrário da história. Enfim, após caracterizar e entender com maior precisão a dinâmica das lembranças, é crucial delimitar melhor o conceito de história empregado pelo autor em seu discurso:

> “A história é a compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens. No entanto, lidos nos livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são selecionados, comparados e classificados segundo necessidades ou regras que não se impunham aos círculos dos homens que por muito tempo foram seu repositório vivo.” (HALBWACHS, 2006: 100)

Após a compreensão dos temas abordados anteriormente, gostaria de ressaltar alguns pontos pertinentes referentes a aspectos que enfatizam os meios de atuação da memória coletiva e social. Segundo o posicionamento da autora, “O caráter livre, espontâneo, quase onírico da memória é, segundo Halbwachs, excepcional. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado.” (BOSI, 2016: 55). A memória e a história, são elementos distintos que participam de processos interdependentes. Enquanto a história tem preocupações factuais e científicas, a memória apresenta a possibilidade do devaneio. Saliento, de acordo com Bosi (2016), que o instrumento responsável pela socialização da memória é a linguagem. Ainda segundo Bosi (2016), a linguagem é capaz de unificar e compendiar o histórico, o cultural e a imagem.

Com o intuito de concluir esta concisa análise, apresento, por fim, a perspectiva de Le Goff acerca da importância da conservação da memória coletiva e social para as sociedades, ao relacioná-las com o conceito de identidade — aludida anteriormente neste segundo capítulo — : “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia.” (LE GOFF, 2013: 435). Acredito que esse trecho é capaz de sintetizar o motivo pelo qual este capítulo aborda esses dois conceitos — identidade e memória —. Espero ter sido eficaz ao revisar criticamente ambas ideias e com o propósito de rematar o debate a respeito da importância e relevância desses objetos de estudo, “Cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica.” (LE GOFF, 2013: 436).

3. Bienal de Arte contemporânea Sesc_Videobrasil

3.1 Comunidades Imaginadas

Assim como apresentado na introdução, a 21ª Bienal de Arte contemporânea Sesc_Videobrasil ocorreu na cidade de São Paulo, no Sesc 24 de maio, entre outubro de 2019 e fevereiro de 2020. Como explanado anteriormente, a bienal recebeu o título "Comunidades Imaginadas" em referência à obra do autor Benedict Anderson, de mesmo nome. Consequentemente, a equipe curatorial buscou, por meio da exposição, questionar os conceitos de identidade, identidade nacional, memória e Estado-nação. Segundo o texto presente no site da Bienal de Arte contemporânea Sesc_Videobrasil, Imaginar (2019), os diálogos propostos pela bienal procuram refletir sobre as organizações sociais, políticas e comunitárias possíveis para além dos Estados-nação.

A equipe curatorial é composta pela diretora artística da Associação Cultural Videobrasil, Solange O. Farkas e pelos curadores Gabriel Bogossian, Luisa Duarte e Miguel López. Com o intuito de democratizar a seleção e possibilitar a inclusão de artistas independentes ou que se encontram fora do circuito mercadológico de arte, a equipe optou pela convocatória aberta. Solange Farkas, em sua publicação presente no catálogo da bienal, informou que:

> "Para criar um recorte representativo das principais inquietações e práticas reveladas pelo conjunto das obras, eu e os curadores contamos com a colaboração da uruguaia radicada na Bahia Alejandra Muñoz e os brasileiros Juliana Gontijo e Raphael Fonseca, curadores, críticos e professores com trânsito por campos como história da arte, arquitetura e educação." (CATÁLOGO, 2019: 38)

A equipe curatorial junto à comissão de seleção convidada, selecionaram e reuniram 55 artistas e coletivos, que representam 28 países da América Latina, África, Ásia e Oriente Médio, ainda segundo as informações presentes no catálogo (2019). Enquanto mulher e artista sul-americana, endosso a importância desse tipo de iniciativa cultural, que possibilita a afirmação de identidades heterogêneas, através de trabalhos artísticos que representem as múltiplas possibilidades político-sociais e construam uma memória comunitária. Em contrapartida, a equipe curatorial e o comitê de seleção são compostos, esmagadoramente, por pessoas brancas. Fora do continente africano, o Brasil é o país com a maior população negra, mas mesmo assim, não vemos esta população sendo devidamente representada. Existe, no comitê e na curadoria, o equilíbrio entre a

quantidade de homens e mulheres, porém estes são todos representantes cisgênero. Acredito na relevância da representatividade não apenas dos artistas selecionados, mas, também, presente nas equipes onde os processos decisórios são tomados. É imprescindível a inclusão de pessoas negras, transgêneras e indígenas nos espaços relativos à tomada de decisão, ainda mais quando a temática central da iniciativa cultural se apoia em discursos anticoloniais que discorrem a respeito da diversidade.

Danilo Santos de Miranda, diretor do Sesc São Paulo, pronunciou-se a respeito da Bienal, Comunidades Imaginadas, reiterando que a exposição:

> "[...] reúne experiências artísticas dispostas a conceber o comum e seus respectivos laços a partir de aspectos e compromissos não hegemônicos. Na condição de instituição sociocultural afeita ao exercício da imaginação de possíveis, ao Sesc compete repercutir e mediar perspectivas plurais, com vistas a contribuir para o processo de reavaliação e reinvenção do nosso lugar no mundo." (CATÁLOGO, 2019: 35)

Na competência de instituição sociocultural, o Sesc, que dentre as suas diversas atividades sócio-políticas, atua, também, como uma instituição museológica. Nos capítulos anteriores procurei criar uma retrospectiva histórica das instituições responsáveis pela memória, assim como destrinchar o conceito de memória dentro da teoria cultural, tornando possível, então, uma análise crítica acerca do papel das instituições socioculturais. Andréa Fernandes Considera, museóloga, historiadora e professora adjunta da Universidade de Brasília, corroborando com os pensamentos apresentados anteriormente nesta monografia, afirma que, ao entender "[...] os Museus como lugares de memória e de poder, torna-se pertinente questionar a forma como os museus têm atuado junto à sociedade e como suas ações têm garantido ou negligenciado o direito à memória." (CONSIDERA, 2015: 148).

Excluindo a falta de diversidade apresentada nos membros componentes da curadoria e da comissão de seleção, acredito que, o Sesc, junto à Associação Cultural Videobrasil, ao optar por apresentar realidades e existências que fogem à construção normativa e imperialista dos Estados-nação, garantiu o direito à memória, defendido por Andréa Considera. Segundo Solange Farkas, em seu ensaio presente no catálogo, o "[...] desejo de mapear a produção das regiões de passado colonial do chamado Sul global –

para, de fato, revelar pesquisas que ainda não foram vistas e artistas de quem ainda não se ouviu falar o suficiente – segue nos movendo como Bienal.” (CATÁLOGO, 2019: 37).

O trio curatorial selecionado tem sua pesquisa poética ancorada em temáticas que se relacionam com a proposta apresentada pela instituição. Em concordância com as informações apresentadas no catálogo (2019), Gabriel Bogossian tem a pesquisa voltada à representação visual e gráfica de comunidades indígenas brasileiras, Luisa Duarte investiga a produção artística e poética brasileira e suas relações políticas, enquanto Miguel López tem interesse pelas produções advindas do Caribe e da América do Sul e os corpos dissidentes presentes na arte contemporânea. Com exceção de Miguel A. López, todos os integrantes da curadoria são brancos, cisgênero e binários. Cabe, portanto, o questionamento a respeito do porquê das decisões curatoriais e de direção artística estarem concentradas na mão de uma maioria branca, tornando-se um reflexo da concentração de poder que continua excluindo negras, transexuais, não-binários, povos originários e indígenas. Uma vez que a equipe de direção artística, curatorial e de seleção decidem sobre trabalhos que representam identidades heterogêneas, onde se encontra o lugar de decisão e autoafirmação destas mesmas identidades? A diretora artística, Solange Farkas, salienta:

> “[...] a presença das mulheres, deliberadamente marcante, em todas as esferas de trabalho e decisão da 21ª Bienal de Arte Contemporânea. Em 2019, os prêmios de residência, aquisição e em dinheiro oferecidos pela Bienal serão atribuídos por um júri exclusivamente feminino composto por Alexia Tala, curadora-geral da Bienal de Arte Paiz da Guatemala, a curadora independente sul-africana Gabi Ngcobo, a artista Rosângela Rennó, a historiadora da arte Reem Fadda, curadora do Departamento de Cultura e Turismo de Abu Dhabi, e a portuguesa Marta Mestre, que foi docente na Escola de Artes Visuais do Parque Lage, Rio de Janeiro, e hoje ensina história das artes não ocidentais na Universidade Nova de Lisboa.” (CATÁLOGO, 2019: 38-39)

É perceptível o espaço dado à agentes culturais mulheres que compõe a equipe, mas percebe-se a predominância das escolhas binárias, cisgênero e majoritariamente brancas. O poder institucional encontra-se, assim como nas sociedades colonizadas, na mão de uma elite racial branca. Em concordância com Considera (2015), a reflexão contemporânea acerca das instituições de memória, tais como os museus, é complexificada ao adentrar no campo dos direitos humanos, especialmente no que se refere ao direito à memória.

O texto curatorial, redigido por Gabriel Bogossian, Luisa Duarte e Miguel López está
presente no catálogo da exposição. A Bienal, intitulada Comunidades Imaginadas, de acordo com os curadores:

> "[...] resume uma investigação em torno da presença de certas preocupações comunitárias nas produções artísticas do Sul global. A arte, tradicionalmente convocada ao exercício imaginativo do nacionalismo a fim de fornecer as imagens que lhe dão substância, aqui aparece em chave invertida, nas sombras dos monumentos e nas lacunas das imaginações oficiais." (CATÁLOGO, 2019: 43)

Como já abordado anteriormente na introdução, a temática proposta pela 21ª Bienal procura apresentar alternativas de organização político-social que se baseiam em relações identitárias de afeto e afinidade. Segundo o texto curatorial presente no catálogo (2019), as comunidades maoris, guaranis e matis são sociedades essencialmente sem Estado, e representam uma parcela dos povos que ganham espaço na narrativa expositiva proposta. Em concordância com Clastres (2017), a ausência do Estado nas sociedades indígenas não advém do subdesenvolvimento ou de incompletude social, mas sim de uma recusa ativa do Estado, enquanto este é entendido como instituição detentora do poder coercitivo. Desta forma, ainda de acordo com Clastres (2017), mais do que sociedades "sem Estado", as comunidades indígenas podem ser classificadas como sociedades "contra o Estado".

Ainda sobre as comunidades indígenas representadas na bienal, o trio de curadores faz uma breve análise sobre o cenário político atual em que estas sociedades originárias brasileiras se encontram:

> "Tendo em vista o caso brasileiro, em que a imagem de um índio genérico foi evocada ao longo de décadas como símbolo das origens do país e da identidade de um nacionalismo mestiço, a exibição dessas obras busca lançar luz sobre suas poéticas contra-hegemônicas e suas redes de legitimação, em um momento em que, para além do mundo da arte, vivemos violentos ataques aos direitos indígenas e à integridade de seus territórios." (CATÁLOGO, 2019: 43)

Além de analisar de forma resumida a situação das comunidades indígenas brasileiras, os curadores, em seu texto publicado no catálogo, procuram destrinchar os "eixos conceituais" propostos.

> "Com limites naturalmente porosos e interpenetrando-se a todo tempo, esses eixos apontam para diferentes exercícios de imaginação comunitária e propõem um circuito de sentidos que se reflete, de modo aproximado, na disposição das obras no espaço expositivo. Esse circuito destaca, primeiro, a capacidade que certos objetos têm de evocar a história, como se guardassem as memórias de seus diferentes proprietários ou refletissem um cruzamento de significados que combina arte, tradições nacionais e cultura de massa. Os conflitos entre passado e futuro que dão forma ao presente aproximam um segundo conjunto de obras, no qual a permanência da tradição, às vezes como trauma, e a ideia da moradia como lugar simbólico das raízes são temas-chave. As raízes, desta vez lançadas sobre o território, e os conflitos pela posse e pela exploração da terra que estão na base da experiência social no Brasil (assim como em outros países do Sul) aproximam um terceiro conjunto de trabalhos. Os dois núcleos finais ultrapassam o espaço expositivo e ocupam outros andares do Sesc 24 de Maio, além do programa de vídeos desta edição. Com forte presença de produções negras e LGBTQI+, o primeiro inclui obras que reverberam mais diretamente o presente e seus conflitos. O último conjunto, com obras de imigrantes de diferentes origens, traz relatos sobre experiências de deslocamento ou exílio, nos quais a perspectiva estrangeira enseja a revisão do passado e dos horizontes de futuro." (CATÁLOGO, 2019: 44)

O trecho acima, retirado do catálogo da exposição tem a intenção de ilustrar a proposta expositiva defendida pela equipe. Acredito que através deste breve texto explicativo, os leitores dessa monografia possam visualizar de maneira mais concreta a solução desenvolvida pelo quadro curatorial e direção artística. Por fim, o texto presente no catálogo (2019), faz uma alusão às conquistas políticas e sociais adquiridas nos últimos 50 anos, das micropolíticas que foram desenvolvidas também nesse período e endossa a onda de retrocessos, em escala mundial, que afligem os grupos minoritários pertencentes aos territórios do "Sul global". Em contrapartida, ainda segundo o catálogo (2019), os curadores destacam o papel do campo artístico na propagação das memórias das múltiplas existências silenciadas.

Encontram-se, também, publicados no catálogo, três ensaios produzidos por acadêmicos e agentes culturais, que apesar de não serem artistas participantes da exposição, contribuíram por meio de suas publicações com o debate teórico proposto pela Bienal. Selecionei, então, dois ensaios, desenvolvidos por Gladys Tzul Tzul, ativista e socióloga pertencente ao grupo étnico Quichés, maia, da atual Guatemala, pioneira nos estudos políticos comunitários indígenas e relações de gênero na Guatemala; e

Bonaventure Soh Bejeng Ndikung, curador, biotecnólogo, e fundador do instituto SAVVY Contemporary em Berlin, nascido em Camarões. Ambos ensaios reafirmam a voz e a representação de milhões de indivíduos que foram oprimidos, silenciados e tiveram sua existência violada.

A socióloga Gladys Tzul Tzul defende um enfrentamento baseado em referências não estadistas, que "[...] funciona resguardando bens comuns e o benefício coletivo, e não tem, entre seus objetivos, tomar o Estado para governá-lo; busca, sim, permanentemente, estabelecer mecanismos que continuem permitindo a subsistência de formas históricas plurais de governo comunal indígena." (CATÁLOGO, 2019: 57). Para grupos sociais imersos na ideologia estatal, essa realidade parece fora de cogitação, porém a proposta de Gladys Tzul Tzul ratifica o pensamento do teórico Pierre Clastres (2019: 27), que diz respeito às diversas possibilidades políticas exemplificadas por meio de um grande número de sociedades destituídas de poder, nas quais o caráter político comunitário pode ser observado em uma alçada totalmente fora dos ideais de coerção e violência, onde não existe subordinação hierárquica ou relações que se desenvolvam através de comando-obediência.

Enquanto o Estado-nação se baseia nos ideais de ordem, obediência e um suposto progresso, Gladys Tzul Tzul enfatiza que, "Se pensarmos o político a partir de algumas estratégias de garantia de vida dos governos comunais indígenas, poderemos ter acesso a imagens e subjetividades, histórias e horizontes capazes de pluralizar os espectros da sociedade em geral." (CATÁLOGO, 2019: 57). O ensaio de Gladys Tzul Tzul e o seu trabalho enquanto ativista disseminam e mantém ativa à memória de comunidades indígenas da América Latina, que se baseiam em relações de não-violência e que rejeitam a ideia de Estado e poder enquanto coerção e violência.

Bonaventure Soh Bejeng Ndikung, em seu ensaio, apresenta ideias que se relacionam com conceitos apresentados no segundo capítulo dessa monografia. Bonaventure retrata a ótica hierarquizada dos imperialistas, criticando o cenário artístico europeu. Essa análise, entretanto, também pode ser aplicada às suas colônias, onde uma

elite branca, pretensiosamente europeia, continua a ver os africanos e seus descendentes em diáspora com um olhar colonial. O ensaio de Bonaventure Soh Bejeng Ndikung é uma denúncia e expõe o processo de "especificação geográfica" e "outrização" das culturas não-eurocêntricas:

> "Primordialmente, embora o processo de "especificação geográfica" possa ser bem- -intencionado, não podemos deixar de pensar no fato de que a eventual apresentação de uma exposição africana, árabe, asiática ou outra similar é mais um ato e, nesse sentido, um ato reforçado de "outrização". Essa suspeita veio à tona pelo motivo de que as instituições costumam se contentar com o fato de terem feito uma "exposição africana" e, portanto, não precisarem, necessariamente, incluir outros artistas de origem africana em seus programas regulares. Esses projetos de "processo de especificação geográfica", então, tendem a se tornar uma compensação pela falta de um envolvimento adequado com a questão da diversidade no nível da programação, da equipe de trabalho e do público, e também tendem a colocar o "outro" que eles constroem no "compartimento do selvagem" [Savage slot, no original], como Michel-Rolph Trouillot formularia." (CATÁLOGO, 2019: 64)

Bonaventure Soh Bejeng Ndikung relata a falta de representação e de envolvimento adequados das comunidades não-europeias nas instituições museológicas. As pontuais representações são expostas com a perspectiva impregnada de exotismo e são, consequentemente, "outrizadas". Acho prudente, relacionar a crítica de Bonaventure com a fala de Andréa Considera (2015: 156), que caracteriza os museus enquanto "espaços complexos de poder", que possuem o privilégio de preservar e construir narrativas das mais diversas organizações sociais. Ainda em concordância com Considera (2015: 156), as instituições museológicas têm o poder de assegurar o direito à memória, ao mesmo tempo que possuem as ferramentas necessárias para promover o apagamento, violando o direito à memória. Bonaventure Soh Bejeng Ndikung corrobora e complementa essa linha de raciocínio no seguinte trecho:

> "Alguns observadores têm visto essa prática como parte daquilo que se denomina soft power [poder suave], quando a cultura é usada como meio de sutilmente exercer influência política sobre certos grupos culturais e sociais. Tomemos como exemplo um museu ou uma biblioteca na França que escolha destacar a Argélia, na esperança de agradar a comunidade argelina e amenizar ou limpar as feridas de seu passado colonial. Ou tomemos como exemplo o British Council, ou o Instituto Goethe, ou o Institut Français, abrindo centros culturais no mundo inteiro para "promover a cultura". Soft power." (CATÁLOGO, 2019: 64)

A citação acima explora e exemplifica o caráter deturpado e manipulado das narrativas criadas pelas instituições socioculturais neocoloniais. Esse tipo de estratégia, o uso do *soft power*, é característico das relações políticas que salientam as diferenças, hierarquizadas, existentes nas identidades do "eu" e do "outro". Fazendo, novamente, um paralelo entre o pensamento de Bonaventure e Andréa Fernandes Considera (2015:148), no qual a autora coloca as instituições culturais no centro das "grandes disputas de poder" devido à sua capacidade de criar narrativas e discursos. Logo, a análise crítica de Bonaventure Soh Bejeng Ndikung está diretamente ligada aos estereótipos construídos pelos ocidentais e pela narrativa curatorial de exposições que procuram ter a voz sobre outros povos. A narrativa construída, então, está "[...] nos termos de quem? Eles já não têm seus próprios espaços e vozes? [...], a questão em jogo é a agenda por trás dessa retórica, e o fato de ela ser, na verdade, parte importante do processo de construção e cultivo da "outridade" dentro de uma bolha." (CATÁLOGO, 2019: 64)

Complementando os questionamentos apresentados por Bonaventure e sua reflexão acerca das agendas políticas que necessitam da "outrização", o teórico palestino Edward Wadie Said (2007: 15), diferencia a vontade de compreensão relativa à necessidade de coexistência e da expansão do conhecimento, da ânsia de conhecimento relacionadas ao "controle e dominação externa". Said (2007: 441), ainda enfatiza a necessidade da concepção do "outro" para o processo de construção identitária do "Ocidente".

Bonaventure Soh Bejeng Ndikung volta seu discurso, outra vez, para as questões envolvidas na "especificação geográfica", e vai adiante ao afirmar a importância de "[...] apontar o modelo econômico capitalista por trás desses projetos de "especificação geográfica". O uso de slogans, rótulos e simplificações é a suma da prática econômica neoliberal." (CATÁLOGO, 2019: 64). O autor explana acerca da relação entre o capitalismo e "o conceito de soft power, em que a cultura não só é usada para objetivos políticos, mas também serve para alterar e controlar o paradigma econômico." (CATÁLOGO, 2019: 64).

O teórico ativista brasileiro Abdias Nascimento, conhecido por seus trabalhos enquanto artista, ator, diretor e dramaturgo, tem muito a acrescentar ao discurso de Bonaventure Soh Bejeng Ndikung. Nascimento (2019: 171), discorre acerca de todos os grupos explorados econômica e politicamente, que sofrem com o genocídio de suas populações, com desdém que suas religiões são retratadas, com a transformação de suas culturas em folclore e o desprezo pelas suas organizações sociais. Pensamento, este, que fortalece o ensaio de Bonaventure. Para finalizar, Bejeng Ndikung aprofunda o debate ao pronunciar-se sobre a "des-outrização":

> "Talvez a des-outrização comece pelo reconhecimento de atos e processos de outrização. Pela revelação das tendências profundas que alimentam, justificam, efetivam e mantêm atos e processos de outrização. É dentro dessa percepção e consciência, e sobre ela, e em direção a esses atos e processos de outrização, que podemos nos tornar capazes de construir resistência e nos proteger tanto de sermos outrizados como da urgência de outrizar." (CATÁLOGO, 2019: 65)

Bonaventure, assim como, Abdias Nascimento, enaltecem a importância da autodeterminação dos povos e da autoproclamação de suas identidades. Movimento, este, que vem sido constantemente defendido, ao longo de centenas de anos de história, pelas culturas que resistem ao avanço violento das políticas genocidas do imperialismo ocidental. Bonaventure Soh Bejeng Ndikung ainda afirma que:

> "A des-outrização deve ser um ato profundamente não capitalista, não explorador e não orientado pelo lucro, no qual reine o princípio do "aqui se faz, aqui se paga". Isto é, se os objetivos econômicos capitalistas neoliberais, geopolíticos e geoeconômicos do "lucro sem pensar nas consequências" são catalisadores de atos e processos de outrização, então a des- -outrização deve incluir uma negação e uma exclusão de relações baseadas nesses princípios." (CATÁLOGO, 2019: 65)

3.2 Sobre os artistas

Dos 55 artistas, oriundos de 28 países, expostos pela Bienal, selecionei seis para apresentar nesta monografia. A seleção destes artistas levou em consideração o diálogo das obras com os conceitos explanados nos capítulos anteriores e as potencialidades, que ao meu ver, advém da poética dos trabalhos. O intuito deste tópico em questão é exibir mais detalhadamente a produção de alguns artistas, segundo as informações apresentadas no catálogo da mostra. Os nomes selecionados foram Alberto Guarani, Aykan Safoğlu, Claudia Martínez Garay, Dana Awartani, Georges Senga e Rosana Paulino.

Alberto Guarani é cineasta e educador, indígena da etnia Guarani Nhandewa. Como resultado de sua pesquisa, o artista produziu diversos documentários onde narrativas acerca das questões indígenas são desenvolvidas. Alberto vive em Tanguá, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. O texto sobre o artista, presente no catálogo, foi escrito pelo curador Gabriel Bogossian e informa ao leitor a respeito do vídeo intitulado "Guardiões da memória". Segundo Gabriel Bogossian, o vídeo foi:

> "Realizado durante as oficinas de cinema do projeto Inventar com a diferença: cinema e direitos humanos, que buscava facilitar o acesso a instrumentos de (auto)representação audiovisual, Guardiões da memória reúne material captado em aldeias guarani de diferentes estados brasileiros entre 2013 e 2017." (CATÁLOGO, 2019: 84)

O vídeo, além de uma ferramenta de auto representação, atua também como um instrumento de autodeterminação. Fazendo um paralelo ao pensamento de Clastres (2017: 34), os povos originários e as sociedades indígenas não são menos amadurecidas que as sociedades ocidentais europeias, suas histórias são, também, profundas e julgar que essas sociedades não possuem a capacidade de refletir sobre sua própria experiência é racismo. Logo, a auto representação, enquanto um direito, é um ponto central da Bienal. Ainda de acordo com o texto de Gabriel Bogossian, o vídeo exibido na mostra é um:

> "Documento do mundo indígena por ele mesmo, o filme é uma reflexão em torno da religiosidade guarani em seus aspectos metafísicos e morais. Tem como centro os depoimentos de cinco idosos desse povo, que trazem reflexões sobre a vida e a morte, conselhos para o bem-viver e exortações a "todos os parentes que vivem no grande território". Intercaladas aos testemunhos, cenas de rituais e percursos pelas aldeias onde o filme foi feito juntam-se a uma espécie de material paralelo, no qual três homens, partindo de diferentes contextos, tecem comentários sobre a morte, a religiosidade e o futuro, como em um contraponto às falas dos idosos." (CATÁLOGO, 2019: 84)

Título: Guardiões da memória. Autor: Alberto Guarani. Fonte: Imagem extraída do Catálogo (2019).

Título: Guardiões da memória. Autor: Alberto Guarani. Fonte: Imagem extraída do Catálogo (2019).

Título: Guardiões da memória. Autor: Alberto Guarani. Fonte: Imagem extraída do Catálogo (2019).

O artista Aykan Safoğlu é de origem turca, nascido em Istambul, radicado na Alemanha. Atualmente vive entre Istambul e Berlin, onde se graduou. A obra apresentada na Bienal chama-se "*Off-White Tulips*" e estabelece um diálogo entre as condições e noções de pátria, as múltiplas identidades possíveis e os direitos LGBTQI+. O texto sobre o artista, presente no catálogo, também foi escrito pelo curador Gabriel Bogossian e informa aos leitores acerca das temáticas contidas na poética do artista, propostas como uma:

> "Reflexão em torno da memória, da homossexualidade e principalmente do lugar da alteridade, que se sobrepõe, às vezes, à condição de estrangeiro, Off-White Tulips [Tulipas esbranquiçadas], do turco radicado na Alemanha Aykan Safoğlu, assume como premissa poética uma espécie de videocarta do artista ao escritor norte-americano James Baldwin (1924-1987), que viveu em Istambul entre 1961 e 1971. A partir de um conjunto de fotografias de Baldwin em seu período turco, Safoğlu evoca as experiências do escritor no país enquanto resgata fragmentos de sua própria história familiar, que ressoam aqui e ali a história da Turquia. Com uma suave fala em off, o artista transita livremente pelo passado em um devaneio da memória que, às vezes deliberadamente ambíguo, fala tanto de Baldwin quanto de si próprio" (CATÁLOGO, 2019: 108)

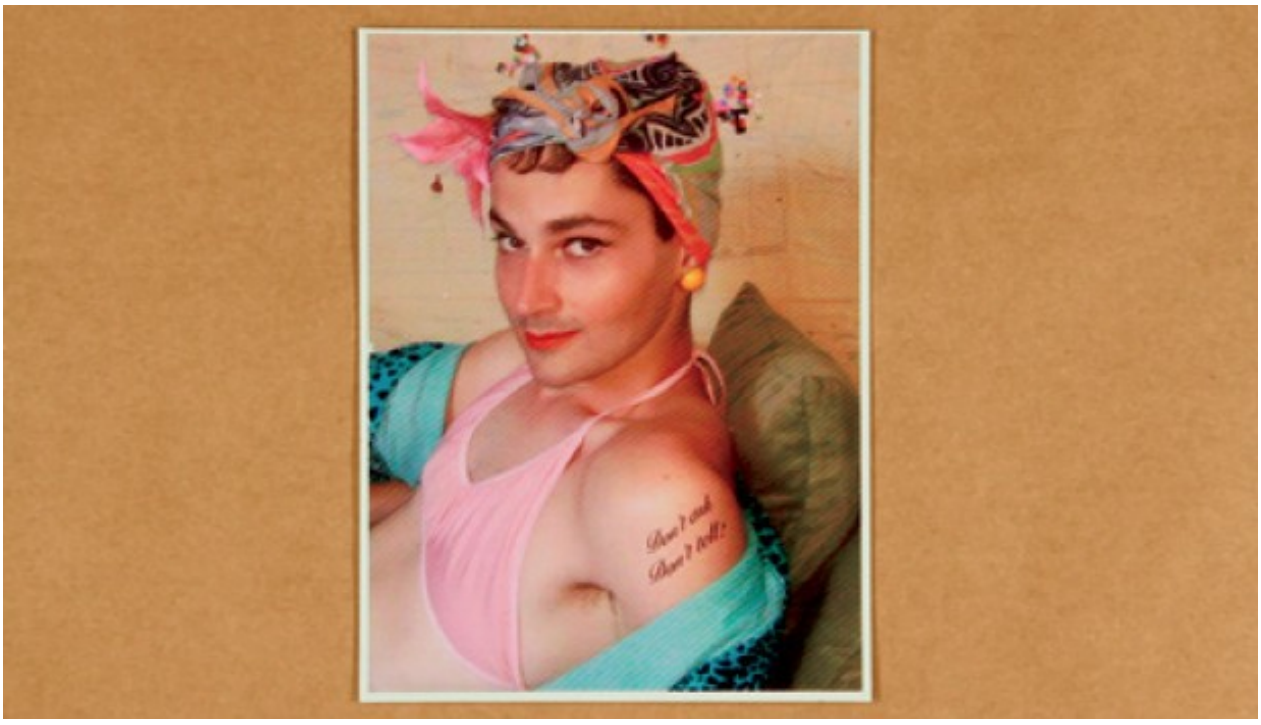
Safoğlu, em seu trabalho, questiona as noções de pátria, a identidade nacional turca e apresenta as memórias pessoais de sua família, que acabam tendo diversos pontos

de contato com a memória e a história da população proveniente do território turco. A obra do artista também sugere diversos pontos de contato com os conceitos abordados nesta monografia, ao questionar a ideia de Estado-nação, os conceitos essencialistas de identidade, contrapostos pelas identidades múltiplas e dinâmicas das comunidades LGBTQI+. A pesquisa de Aykan Safoğlu vai de encontro também aos conceitos defendidos por Ecléa Bosi e Maurice Halbwachs, presentes no segundo capítulo. Em concordância com Halbwachs (2006: 100), entre a concepção de indivíduo e nação, existem diversos outros grupos e existências que possuem suas próprias memórias; memórias estas que influenciam diretamente sobre tais possibilidades de vida. Outro ponto em comum entre o trabalho de Aykan Safoğlu na Bienal e o discurso da memória de Halbwachs (2006: 108), está presente na ideia de que ao analisar o passado, ou no caso de Aykan, o passado da família, é possível adquirir consciência de sua "identidade através do tempo".

Título: *Off-White Tulips*. Autor: Aykan Safoğlu. Fonte: Imagem extraída do Catálogo (2019).

A obra "*Off-White Tulips*" é um exemplo muito pertinente que contém todos os conceitos explanados e criticamente analisados nesse trabalho monográfico. O texto presente no catálogo exibe uma perspectiva mais aprofundada ao informar que:

> "A presença de James Baldwin na Istambul dos anos 1960 ressoa as relações socioculturais do período que, menos opressoras, produzem um contraste com a Turquia contemporânea que Safoğlu abandona. O vídeo explora as diferenças entre eles: o escritor, permanentemente estrangeiro mesmo após dez anos no país, não aprendeu a língua de seus anfitriões, ao passo que é em alemão que Safoğlu lê Baldwin. Apesar disso, é na cumplicidade possível entre os dois homens gays que a obra se funda, como se buscasse, em um ir e vir afetuoso e digressivo entre vidas e tempos distintos, reconhecer uma espécie de memória comum LGBTQI+, que permanece, a despeito do tempo transcorrido. Nesse lugar, composto ao mesmo tempo pela memorabilia baldwiniana, por elementos das culturas turca e norte-americana e pelas fotos de infância do artista, as tulipas, símbolo nacionalista de um período de florescimento cultural na Turquia, ressurgem dissidentes: off-white [esbranquiçado] é, em turco, a expressão usada para designar genericamente as bichas. Nesse sentido, a obra de Safoğlu pode ser vista como uma espécie de carta à pátria, em busca de compreender a difícil relação do país com sua população LGBTQI+." (CATÁLOGO, 2019: 108)



Título: *Off-White Tulips*. Autor: Aykan Safoğlu. Fonte: Imagem extraída do Catálogo (2019).

A artista Claudia Martínez Garay nasceu em Ayacucho, no Peru e atualmente vive em Amsterdã, na Holanda. Em seu trabalho multidisciplinar, utiliza múltiplas linguagens, com destaque a pintura e a instalação. Claudia propõe, através de sua pesquisa, debates e

questionamentos a respeito da memória social e política do território peruano. Martínez Garay participou da Bienal com duas obras, um vídeo e uma instalação. O texto sobre a artista, presente no catálogo, foi escrito pelo curador Miguel A. López, também oriundo do Peru. Segundo o curador:

> "O trabalho recente de Claudia Martínez Garay explora a memória do colonialismo através de diversos artefatos culturais. A artista investiga a forma dos objetos e sua função social, interrogando suas origens e seus usos atuais. O vídeo ÑUQA KAUSAKUSAQ QHEPAYKITAPAS / I WILL OUTLIVE YOU [Sobreviverei a você] surge de seu encontro com uma cerâmica pré-colombiana que está no Museu Etnológico de Berlim, na qual aparece representado um prisioneiro mochica prestes a ser executado. A obra propõe uma exploração poética do objeto, criando uma ficção que narra a vida do personagem a partir do momento anterior a sua morte, passando por sua transformação em imagem e sua condenação a ser prisioneiro de um objeto exposto em um museu." (CATÁLOGO, 2019: 116)

Título: *ÑUQA KAUSAKUSAQ QHEPAYKITAPAS*. Autora: Claudia Martínez Garay Fonte: Imagem extraída do Catálogo (2019), cedida por GRIMM Gallery, Nova York e Amsterd. [New York and Amsterdam].

Título: *ÑUQA KAUSAKUSAQ QHEPAYKITAPAS*. Autora: Claudia Martínez Garay. Fonte: Imagem extraída do Catálogo (2019), cedida por GRIMM Gallery, Nova York e Amsterd. [New York and Amsterdam].

Em relação a esta primeira obra, o vídeo intitulado "*ÑUQA KAUSAKUSAQ QHEPAYKITAPAS*", [Sobreviverei a você], um dos primeiros fatores que me chama à atenção é a localização da cerâmica pré-colombiana, que se encontra em Berlim. A localização da cerâmica em questão exemplifica a espoliação operada pelo colonialismo e o direito à memória dos povos colonizados. Em concordância com Considera (2015: 150), existe um abismo entre o direito à memória possibilitado pelas instituições museológicas e a apropriação do poder de construir e permitir o acesso à memória. Os artefatos, objetos, estátuas, entre outras várias produções de sociedades colonizadas foram deslocados para a Europa, negando o direito à memória às sociedades que de fato os produziram, colocando-os no centro do Império, onde o acesso é restringido a pequenas coletividades imigrantes e muitos grupos que pertencem ao centro do poder político e social ocidental imperialista.

Título: *¡Kachkaniraqkun!* Autora: Claudia Martínez Garay. Fonte: Imagem extraída do Catálogo (2019), cedida por GRIMM Gallery, Nova York e Amsterd. [New York and Amsterdam].

> "De modo similar, a instalação ¡Kachkaniraqkun! / ¡Somos aún! / ¡We are, still! [Ainda somos!] apresenta uma série de peças de cerâmica que constroem um olhar fragmentado da vida, em suas tradições andinas e urbanas, relacionada à violência política que atravessou o Peru entre os anos 1980 e 90. Objetos pequenos e delicados – representando partes do corpo, animais, elementos vegetais (espigas de milho), peças de indumentária (sapatilhas e botas militares), utensílios domésticos (lousas, martelos, potes de tinta), vestígios pré-colombianos (tumbas e fardos funerários), entre outros – constroem uma narrativa emocional que sugere tensões entre a memória ancestral, a vida cotidiana das comunidades andinas e a propaganda política dos grupos subversivos do período. A artista questiona que tipo de informação, memória, valor e poder está presente nestes artefatos, dispostos como se fossem pequenas oferendas ou elementos de um luto silencioso. A instalação funciona como um modelo em pequena escala do trabalho, da alimentação, da vida afetiva, dos discursos ideológicos e das relações entre a vida e a morte, mesclando tempos e geografias diversos." (CATÁLOGO, 2019: 116)

A artista Dana Awartani nasceu em Jidá, na Arábia Saudita. Dana utiliza em sua pesquisa diversas linguagens, como o desenho, o vídeo e a instalação, questionando as construções de ocidente e oriente, discorrendo acerca da ocidentalização estética e cultural de países do oriente médio. O texto sobre a artista, presente no catálogo, foi

escrito pela curadora Luisa Duarte. No seguinte trecho, a curadora descreve as ações executadas pela artista:

> "Em pouco mais de vinte minutos, assistimos a um ritual que envolve construção e destruição em I Went Away and Forgot You. A While Ago I Remembered. I Remembered I'd Forgotten You. I Was Dreaming [Fui embora e esqueci você. Há um tempo lembrei. Lembrei que eu tinha esquecido você. Eu estava sonhando]. Uma mulher entra em um cômodo de uma casa aparentemente abandonada na parte antiga da cidade de Jidá, na Arábia Saudita. O chão está todo coberto por um tapete de areia, formando padrões geométricos que fazem referência a cerâmicas tradicionais encontradas em todo o mundo islâmico. Pouco a pouco vemos a mulher varrer lentamente o chão, de modo a desconstruir o esmerado desenho. Se, a um primeiro olhar, estamos diante de um ritual que faz o elogio de certa tradição, por outro lado, essa afirmação do passado se dá por meio de um gesto que envolve, também, sua dissolução." (CATÁLOGO, 2019: 120)

Assim como supracitado, a ação de Dana Awartani em seu vídeo se relaciona com a dissolução de características culturais da Arábia Saudita em meio a um bombardeio cultural ocidental. Essa obra, de imediato, me remete à produção do teórico Edward Said (2007), na qual ele classifica a ideia de Oriente enquanto um discurso criado pelo Ocidente, onde a cultura imperialista europeia manipula e produz o Oriente politicamente, sociologicamente, culturalmente, ideologicamente, assim como o faz na ciência e no militarismo. A produção de Dana Awartani presente na exposição, então, acaba por narrar os processos históricos e culturais aos quais a Arábia Saudita foi submetida, assim como outros países, classificados como orientais. A obra da artista também impõe a necessidade da autodeterminação e representação dos povos, segundo sua própria estética e visão de mundo, contrapondo os rótulos e classificações impostas por categorias dicotômicas, como a de ocidente e oriente. No texto presente no catálogo, Luisa Dutra corrobora o posicionamento apresentado e defendido, também, por Edward Said:

> "A geometria sagrada desempenha um papel importante na obra de Awartani como um todo, evocando uma combinação de matemática, ciência, espiritualidade e natureza. Note-se que a casa escolhida pela artista para a realização da performance é uma moradia típica da elite local abastada, no período entre o final dos anos 1950 e início dos anos 1960. Justamente nessa época, as famílias de Jidá romperam com certos parâmetros tradicionais de sua cultura para aderir, nas casas, a uma arquitetura de caráter europeu, que trazia consigo todo um sentido de "civilização" e de "futuro" para quem buscava espelhar um ideal ocidental. Ao construir seu tapete, que simboliza um gesto de resistência e afirmação da memória, Awartani o faz usando a areia, elemento fugidio; e, no lugar de legá-lo à permanência, prefere a efemeridade. Nesse gesto, a artista aponta

sua crítica, de modo sutil, para o capital, sua posse e acumulação. O título do trabalho, por sua vez, reproduz versos retirados de um poema de Mahmoud Darwish (1941-2008).” (CATÁLOGO, 2019: 120)

Título: *I Went Away and Forgot You. A While Ago I Remembered. I Remembered I’d Forgotten You. I Was Dreaming*. Autora: Dani Awartani. Fonte: Imagem extraída do Catálogo (2019), cedida por Athr Gallery, Jid. [Jeddah].

Título: *I Went Away and Forgot You. A While Ago I Remembered. I Remembered I'd Forgotten You. I Was Dreaming*. Autora: Dani Awartani. Fonte: Imagem extraída do Catálogo (2019), cedida por Athr Gallery, Jid. [Jeddah].

Título: *I Went Away and Forgot You. A While Ago I Remembered. I Remembered I'd Forgotten You. I Was Dreaming*. Autora: Dani Awartani. Fonte: Imagem extraída do Catálogo (2019), cedida por Athr Gallery, Jid. [Jeddah].

O artista Georges Senga, nascido em Lubumbashi, na República Democrática do Congo, é fotógrafo. Sua pesquisa investiga de maneira afetiva o resquício da paisagem, das ruínas e dos espaços abandonados. Sua poética permeia os campos de pesquisa da memória social, história cultural e questões identitárias. O texto sobre o artista, presente no catálogo, foi escrito pela curadora Luisa Duarte. Luisa, ao escrever sobre Georges Senga, localiza a investigação poética da seguinte forma:

> "O trabalho de Georges Senga reflete sobre questões como identidade, patrimônio e história. Essas dimensões se voltam para o coração de sua poética: a memória de quem somos, daquilo que temos e de onde viemos. A série de fotografias que constitui Cette maison n'est pas à vendre et à vendre [Esta casa não está à venda e à venda] é exemplar desse caminho de sua pesquisa. Entre 2014 e 2016, o artista fotografou casas no Congo e no Brasil." (CATÁLOGO, 2019: 146)

Título: *Cette maison n'est pas à vendre et à vendre*. Autor: Georges Senga. Fonte: Imagem extraída do Catálogo (2019).

Título: *Cette maison n'est pas à vendre et à vendre*. Autor: Georges Senga. Fonte: Imagem extraída do Catálogo (2019).

A obra de Georges Senga retrata tanto o Congo como o Brasil. Ao questionar a memória histórica e o social de populações existentes em ambos países, o artista cria um vínculo entre eles. O Brasil é o país com a maior população negra fora do continente africano. Essa população faz parte da população africana em diáspora, como proposto por Abdias Nascimento (2019). O vínculo entre o Brasil e o Congo é muito maior do que o vínculo existente entre o Brasil e Portugal. O Brasil foi construído e erguido por meio da exploração do trabalho escravo negro, famílias foram separadas e destruídas, distintos grupos étnicos foram misturados em meio ao processo escravocrata a que esses povos foram submetidos. De acordo com Nascimento (2019: 177), a cultura africana-brasileira,

dinâmica, forte e múltipla, desde o princípio esteve inteiramente ligada à “libertação do povo negro” e resiste há quase 500 anos. A população afro-brasileira tem seu direito à memória negado pelo Estado, assim como seu direito a vida digna e de qualidade. Nas fotografias de Georges Senga, segundo a curadora:

> “Encontramos, nas primeiras séries, registros das moradias da comunidade de Katuba, em seu país natal, que trazem na fachada a inscrição “Essa casa não está à venda”, e também imagens do interior dessas residências, que capturam, assim, a vida afetiva dos objetos existentes ali. No Brasil, o artista voltou sua lente para casas à venda na Praia Grande, no estado de São Paulo, enquanto os móveis do interior foram trazidos para a área externa e fotografados nas ruas, aos olhos de todos. Se, em seu país de origem, o que estava em jogo era a disputa por heranças – é isso que faz com que familiares contrários à venda das casas escrevam sua posição nas fachadas, em um gesto que busca lutar pela manutenção da memória familiar –, no Brasil, as inscrições das casas à venda desvelam o processo de forte especulação imobiliária da região. Os móveis expostos a céu aberto, por sua vez, perdem seu caráter de intimidade, ao mesmo tempo em que reconstroem, de certo modo, o cotidiano da moradia que um dia habitaram.” (CATÁLOGO, 2019: 146)

Título: *Cette maison n'est pas à vendre et à vendre*. Autor: Georges Senga. Fonte: Imagem extraída do Catálogo (2019).

Título: Cette maison n'est pas à vendre et à vendre. Autor: Georges Senga. Fonte: Imagem extraída do Catálogo (2019).

A artista e educadora, Rosana Paulino, é de São Paulo, Brasil. Sua pesquisa poética perpassa por questões de gênero, dialoga com relações étnicas e discorre acerca das posições de sujeito da mulher negra brasileira e as violências cotidianas sofridas, causadas pelo racismo, por essa enorme parcela populacional. O texto sobre a artista,

presente no catálogo, foi escrito pela curadora Luisa Duarte e procura contextualizar a obra da artista, a videoinstalação intitulada “Das avós”:

> “O lugar de fala de Rosana Paulino é fundamental para a compreensão de sua obra: o vínculo entre o trabalho e sua condição de mulher negra em um país forjado pela escravidão é crucial em sua produção. Justamente por ocupar esse lugar, Paulino conhece sua árvore genealógica somente até a geração de suas avós. Por isso, ao se aproximar de fotografias de mulheres negras (escravizadas ou libertas) realizadas no Brasil oitocentista, a artista se pergunta se algumas daquelas pessoas não poderiam fazer parte de sua própria família. Quem seria a ancestral do núcleo familiar ao qual a artista pertence? Se essa matriarca poderia ser qualquer africana desembarcada em portos brasileiros, por que não seria sua a efígie daquela escrava anônima retratada por um determinado fotógrafo? E se não fosse, por que não a escolher como uma bisavó distante, imaginada, a quem se dispensa amor e carinho? Foram essas algumas das indagações que levaram a artista a refletir sobre as questões de ancestralidade e memória, tão importantes em sua trajetória, e presentes em Das avós.” (CATÁLOGO, 2019: 242)

Título: Das avós. Autora: Rosana Paulino. Fonte: Imagem extraída do Catálogo (2019).

Rosana trabalha com conceitos específicos, que descrevem a situação da mulher negra brasileira, que além de enfrentar um Estado patriarcal, de forma interseccional, enfrenta também o racismo luso-brasileiro. Em seu livro, O Quilombismo, Abdias Nascimento (2019: 256), cita a professora Lélia González, que classifica os dois papéis de sujeito reservados somente à mulher negra, o papel de "doméstica" e o de "mulata". Sendo, então, a mulher negra explorada pelo sistema capitalista, pela elite branca e pelo colonialismo, ela também é sexualmente objetificada. Ainda segundo Abdias Nascimento (2019: 361), a população negra brasileira, é majoritária e é a primeira vítima da fome, da violência rural e urbana, da violência policial, da falta de acesso à educação e à saúde, da falta de habitação e moradia, tendo seus direitos humanos e constitucionais violados. Rosana Paulina, em sua videoinstalação, reconstrói as memórias perdidas e roubadas e o afeto negado. Segundo Luisa Duarte:

> "Nesta instalação realizada especialmente para a Bienal Sesc_Videobrasil, imagens em looping são projetadas em uma sala escura. Em cada uma delas, acontece uma performance curta, na qual uma jovem trava contato com imagens de mulheres negras do Brasil colonial. Esse contato tem como eixo uma relação de cuidado com essas representantes da ancestralidade. Paulino alinhava essas personagens a sua própria história de vida, reconstruindo os laços perdidos por meio de um resgate simbólico das inúmeras memórias usurpadas. Na sala escura, espocam ainda brevíssimos lampejos de imagens de pessoas que foram escravizadas, aquelas mesmas que estão sendo acalentadas na performance. Essas lembranças operam como sombras, imagens- -fantasma que nunca cessam de retornar para cobrar presença em uma história ainda pouco elaborada por nós enquanto nação – sobretudo agora, quando a máquina colonial encontra novos e perversos meios de se atualizar." (CATÁLOGO, 2019: 242)

Título: Das avós. Autora: Rosana Paulino. Fonte: Imagem extraída do Catálogo (2019).

Considerações finais

Essa pesquisa foi muito relevante, não apenas academicamente, mas a nível pessoal, pois exigiu uma investigação crítica acerca da formação social e política do Brasil, assim como de outras colônias. Foi importante compreender os processos históricos que delimitaram a sociedade contemporânea na qual me insiro. Gostaria de enaltecer a produção anticolonial brasileira e manifestar minha admiração à população negra e à cultura de resistência praticada há quase 500 anos. Saliento, então a importância de teóricos como Abdias Nascimento, Lélia González e Edward Said, que representam em suas falas, milhões de indivíduos e grupos sociais oprimidos e violados pelo supremacismo branco ocidental imperialista, e "[...] a lição a aprender com o genocídio é de que os Estados-nação jamais deveriam se fundamentar por meio da despossessão de

populações inteiras que não se encaixam na ideia purificada da nação.” (BUTLER, 2017: 33)

Como explanado ao longo desta monografia, a concepção dos Estados-nação foi um processo de pouca espessura social e os movimentos de independência, nas colônias, tinham o intuito de manter o poder concentrado em uma elite branca europeizada. No caso brasileiro:

> “[...] na representação oficial “esquecemos” a instituição escravocrata — espalhada por todo país — e exaltamos a natureza provedora dos trópicos, como se o país fosse feito basicamente da imagem de sua flora exuberante. Vale a pena lembrar, ainda, o “milagre” operado nos anos 1930, quando a mestiçagem de mácula se transforma na nossa mais profunda redenção. A partir de então a capoeira e o candomblé virariam “nacionais”, do mesmo modo que o samba e o próprio futebol, o qual era destituído de sua identidade inglesa e se transformava — como em um passe de mágica — numa marca da brasilidade.” (ANDERSON, 2008: 16)

As instituições responsáveis pela memória, na maioria dos casos, apresentam uma narrativa manipulada, onde os indígenas e os africanos em diáspora não têm o acesso ao direito à memória garantidos. Consequentemente, “A falsa imagem de uma escravidão humanizada, benemérita, com certa “liberdade”, tem sido atribuida não só ao Brasil como a toda América Latina.” (NASCIMENTO, 2019: 36). Torna-se urgente, então, que se construam novas narrativas, que a memória não seja narrada em detrimento de grupos específicos. Pois, “A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.” (LE GOFF, 2013: 437)

Procuro, por meio dessa pesquisa monográfica, apresentar possibilidades de organizações sociais e políticas heterogêneas, onde as relações não sejam estabelecidas por meio de comando-obediência, servidão e exploração. Organizações, estas, contrárias ao modelo de Estado, que tem sua origem nos processos colonialistas e imperialistas do século XVI. Tenho como intenção, propor “[...] novos modos de socialidade e política além dos vínculos ávidos e ignóbeis de um colonialismo pernicioso que se autoproclama democracia.” (BUTLER, 2017: 33).

É de extrema importância também, que a sociedade reveja as identidades e as posições de sujeito onde os indivíduos são alocados. Os movimentos identitários não-essencialistas tem um papel relevante nas lutas anticoloniais, tornando possível a concepção de identidades heterogêneas, múltiplas e dinâmicas, contrárias às identidades nacionais unificadas e hierarquizadas. Tem-se que considerar, também, que:

> "[...] é a percepção, quase universalmente reconhecida, de que as culturas são híbridas e heterogêneas, e de que, [...], as culturas e as civilizações são tão inter-relacionadas e interdependentes a ponto de irem além de qualquer descrição unitária ou simplesmente delineada de sua individualidade." (SAID, 2007: 460)

Espero ter exibido, com esse trabalho, outras alternativas de existência. Como exposto anteriormente, através dos teóricos Pierre Clastres e Abdias Nascimento, as sociedades indígenas e originárias que não reconhecem o Estado, ou o movimento quilombista, são agrupamentos sociais complexos e profundos, com economia própria, onde a liderança não é detentora da violência e as relações são baseadas no respeito aos indivíduos e à natureza. Espero apresentar perspectivas diversas, que anulem a ideia de que a única possibilidade se encontra em um modelo constituído a partir de relações de opressão e dominação. O princípio dessa pesquisa se encontra não na tolerância ao diferente, mas na reflexão crítica dos processos identitários, que subjuga o "outro". O essencial, "[...] ao contrário de erradicar as diferenças entre culturas e identidades, seria antes cultivá-las e respeitá-las, para que elas — as diferenças — não sejam transformadas em pedra fundamental da opressão, da desigualdade de oportunidades ou da estratificação social e econômica." (NASCIMENTO, 2019: 32)

Gostaria de reiterar a magnitude dos estudos anticoloniais brasileiros, a potência presente nas relações saudáveis e harmônicas entre os povos. Segundo Nascimento (2019), a história brasileira é uma narrativa construída pelos e para os brancos, assim como a estrutura social, política, econômica e cultural do país. Ainda de acordo com Nascimento (2019), uma civilização universal só poderá ser alcançada quando o colonialismo, ou o neocolonialismo não definirem as bases econômicas e politicas dos

países, sendo a justiça social e a dignidade humana um pré-requisito para o avanço tecnológico e a soberania dos povos.

Para finalizar, desejo dar destaque a um trecho do livro “O quilombismo”, indispensável aos brancos que desejam habitar um mundo mais justo e digno, e, principalmente, reparar os cinco séculos de exploração branca do povo negro. Abdias repete “[...] estas palavras sábias de Aguinaldo: “Reeduquemos o branco para que ele aprenda a respeitar a criança negra, a respeitar o doutor negro, a empregada negra, para que aprenda a casar-se com a mulher negra.”.” (NASCIMENTO, 2019: 292)

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Tradução: Denise Bottmann. 1.ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: Lembranças de velhos. 19.ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
BRAGA, Elizabeth dos Santos. **A constituição social da memória:** uma perspectiva histórico cultural. 1.ed. – Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2000.
BUTLER, Judith. **Caminhos divergentes:** judaicidade e crítica do sionismo. Tradução: Rogério Bettoni. 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2017

CATÁLOGO 21ª BIENAL DE ARTE CONTEMPORÂNEA SESC_VIDEOBRASIL. **Comunidades Imaginadas.** São paulo: Sesc: Associação Cultural Videobrasil, 2019. Disponível em: http://bienalsescvideobrasil.org.br/webroot/uploads/AF_190924_vb_catalogo_completo.pdf Acesso em: 02/11/2020

CLASTRES, Pierre. **Sociedades contra o Estado**. Tradução: Theo Santiago. 1.ed. – São Paulo: Ubu Editora, 2017.

CONSIDERA, Andréa Fernandes. **Direito à Memória e Museus**. Revista Museologia & Interdisciplinaridade, v. 4, p. 147-157, 2015.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. 1.ed. – São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); WOODWARD, Kathryn; HALL, Stuart. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis. Editora Vozes, 2014.

HOBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições**. Tradução: Celina Cardim Cavalcante. 12.ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2012.

IMAGINAR é preciso. Bienal Sesc Vídeo_brasil, 2019. Disponível em: http://bienalsescvideobrasil.org.br/apresentacao/sobre/ Acesso em: 10/11/2020

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. 7.ed. – Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. 3.ed. – São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

SAID, Edward Wadie. **Orientalismo**. Tradução: Rosaura Eichenberg. 1.ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2007

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); WOODWARD, Kathryn; HALL, Stuart. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis. Editora Vozes, 2014.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); WOODWARD, Kathryn; HALL, Stuart. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis. Editora Vozes, 2014.

21ª BIENAL DE ARTE CONTEMPORÂNEA SESC_VIDEOBRASIL. **Comunidades Imaginadas: Leituras.** São paulo: Sesc: Associação Cultural Videobrasil, 2019. Disponível em: http://bienalsescvideobrasil.org.br/webroot/uploads/21Bienal_Leituras_PT.pdf Acesso em: 02/11/2020